

3 **ARTIGO**
Globalização e soberania nacional, por Henrique Rattner

5 **SIMPÓSIO**
*XVII SINCE
Infra-estrutura e desregulamentação: desafios para o desenvolvimento*

6 **ARTIGO**
O PIB das atividades culturais, por Antonio Braz de Oliveira e Silva

9 **SEMINÁRIO**
Economia global e desenvolvimento sustentável

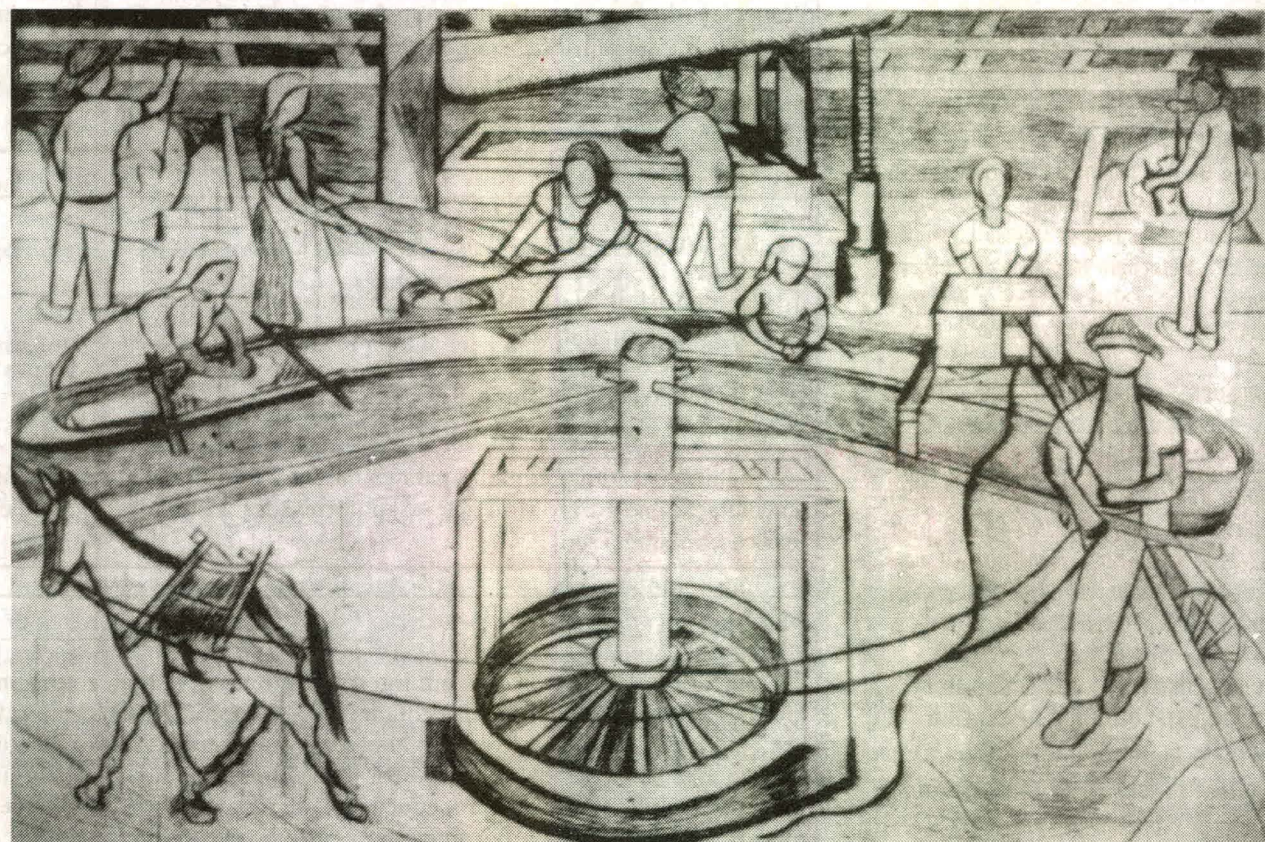
20 **SEMINÁRIO**
Desemprego: desafios e perspectivas na virada do século

13 DE AGOSTO
DIA DO ECONOMISTA

O debate dos anos 60 e a teoria da dependência revisitados

Theotônio dos Santos recupera a trajetória do grupo de intelectuais que repensou a dependência da América Latina, enfatizando o que os unia e o que os desuniu. Dá seu testemunho sobre a composição da grande frente que pôs fim ao regime militar e diz que o capital internacional deseja reformas, pois já percebeu que o funcionamento do sistema começou a ficar arriscado demais.

páginas 10 a 13



CASA DE FARINHA DE DJANIRA, REPRODUÇÃO: MNBA

JORNAL DOS ECONOMISTAS

ÓRGÃO OFICIAL DO CORECON-RJ,
IERJ E SINDECON-RJ

Diretor Responsável: Luiz Antonio Rodrigues Elias • **Conselho Editorial:** Luiz Antonio Rodrigues Elias, Adhemar Mineiro, Ronaldo Raemy Rangel, Renato Luiz Mello de Oliveira, Ricardo Bielschowsky, José Márcio Camargo, Márcio Henrique Monteiro de Castro, Marcelino José Jorge, José Clemente de Oliveira • **Edição:** Conselho Regional de Economia-RJ • **Jornalista Responsável:** Beatriz Bonfim (MT 11916) • **Editoreção Eletrônica:** Kátia Regina Fonseca - Telefax (021) 508-7367 • **Ilustração da Capa:** Pão de Açúcar, água forte, área impressa de 10,3 x 31,2 cm. Foi gentilmente cedida pelo Museu de Belas Artes (MNBA) e reproduzida por João Díaz • **Fotolito e Impressão:** Tipológica - Tel (021) 509-3366 • **Tiragem:** 20.000 exemplares • **Periodicidade:** mensal • As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL
DE ECONOMIA DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20054-900 - Tel: (021) 224-0578 - Fax: (021) 509-8121 - E-mail: coreconrj@ax.apc.org - Home page: <http://www.economistas.com.br> • **Presidente:** Adhemar dos Santos Mineiro • **Vice-Presidente:** Reinaldo Gonçalves • **Conselheiros Efetivos:** Ronaldo Raemy Rangel, José Roberto Soeiro, Hélio Portocarrero, Maria José Cyhlar Monteiro, Adhemar dos Santos Mineiro, Reinaldo Gonçalves, Carlos Francisco T.M.R. Lessa, Sidney Pascoutto da Rocha, José Clemente de Oliveira • **Conselheiros Suplentes:** Nelson Chalfun Homsy, Renato Luiz Mello de Oliveira, Mauro Osório da Silva, Paulo Sérgio Souto, Sandra Maria Carvalho de Souza, Luiz Mário Behnken, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, José Antônio Lutterbach Soares • **Delegacia Regional de Campos:** Denise Cunha Tavares Terra - Av. Dom Bosco, 49 - Tel: (0247) 238333.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rua Treze de Maio, 23 - Grupo 1607 / 1608 / 1609 - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20031-000 - Tel: (021) 262-2535 e (021) 533-2192 - Fax: (021) 533-7891 - E-mail: sindecon@embratel.net.br - Home page: <http://www.economistas.com.br>.

IERJ - INSTITUTO DOS ECONOMISTAS
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20054-900 - Tels: (021) 224-0578 e (021) 509-1077 - Fax: (021) 221-0958 - E-mail: ierj@ax.apc.org - Home page: <http://www.economistas.com.br>.

EDITORIAL

A financeirização da economia mundial e a mundialização das economias nacionais constituem traços marcantes deste final do milênio. Apoiada em uma radical transformação na base tecnológica, que permite a unificação dos diferentes mercados através de operações em tempo real 24 horas por dia, a lógica financeira se entranha no cerne das decisões de investimento, condicionando a atividade econômica de uma forma até aqui inédita. A multiplicidade de alternativas de alocação de recursos é ainda impulsionada pela sistemática elaboração de inovações financeiras. Estas conjugam câmbio, commodities e taxas de juros em um sem-número de novos arranjos, cuja potencialidade e turbulência se amplificam nos chamados mercados derivativos. A própria autonomia nacional das políticas monetária e cambial se curva, hoje, perante as oscilações bruscas dos fluxos internacionais de capital, em um ritmo que se caracteriza por sua instabilidade e pelas dimensões que assume.

Desregulamentação e globalização vêm sendo apresentadas como as pala-

bras-chave de um novo e inexorável modo de funcionamento da economia mundial. Só recentemente, dadas as perceptíveis mazelas atravessadas por um conjunto de países - em particular na Ásia, mas também aqui na América Latina - é que se esboça uma reflexão crítica no seio dos próprios organismos internacionais responsáveis pela generalização das premissas ora em voga. Crises cambiais, crises bancárias, crises sociais decorrentes do redirecionamento de prioridades nos orçamentos governamentais, são estes os novos contornos que revestem a análise econômica internacional. Instabilidade, vulnerabilidade e volatilidade se apresentam como traços inerentes ao atual modo de funcionamento dos mercados globalizados.

O contexto acima referido tornou urgente intensificar o mapeamento e a sistematização dos aspectos financeiros - aí incluída a política monetária e sua conexão cambial - que hoje moldam tanto a política governamental, como os próprios parâmetros das atividades do setor privado. Atento a essa circunstância, o Conselho Regional de Economia

do Rio de Janeiro, o Instituto dos Economistas do Estado do Rio de Janeiro e o Sindicato dos Economistas do Estado do Rio de Janeiro instituíram um Grupo de Trabalho voltado para o permanente acompanhamento das mutações do mercado financeiro, em seus diferentes segmentos. Trata-se de um espaço aberto e sistemático de reflexão, cujas reuniões semanais materializam a proposta básica de estruturação de um veículo de enlace entre a pesquisa acadêmica, os profissionais atuantes em diversas instituições financeiras e, ainda, os estudantes de graduação com interesse nesta temática.

O resultado dos trabalhos do Grupo de Mercado Financeiro inclui, além de debates e seminários programados, o lançamento de Cadernos. A publicação do primeiro deles, integrada ao conjunto dos diversos materiais oferecidos por nós ao debate, reitera uma linha editorial orientada para o fomento da reflexão crítica em torno das questões substantivas que vinculam a atividade profissional do economista com os destinos da sociedade brasileira.

MONOGRAFIA DO TESOURO NACIONAL

A Escola de Administração Fazendária (Esaf) está promovendo o 3º Prêmio de Monografia Tesouro Nacional, cuja finalidade é estimular a pesquisa na área de finanças públicas. Poderão concorrer trabalhos individuais e de grupos. Cada candidato poderá apresentar apenas um trabalho, sobre um dos temas: dívida pública, tópicos especiais de finanças públicas ou sistemas de informação sobre a administração financeira pública. A premiação será de R\$ 10 mil, R\$ 5 mil e R\$ 2.500,00 para os três primeiros colocados, respectivamente. O edital completo está afixado no mural do Corecon-RJ e mais informações poderão ser obtidas no Ministério da Fazenda, Esaf, fax (061) 412-6016, e-mail jgomesg@fazenda.gov.br.

LANÇAMENTOS DO CONSELHO

O Corecon-RJ, IERJ e Sindecon lançaram as publicações:

- Perfil dos Economistas
- Guia dos Consultores em Economia
- VIII Prêmio de Monografia
- Ensino de Economia - Questões Práticas e Empíricas

As publicações foram editadas para estimular a difusão de atividades ligadas à capacitação, ao ensino e ao acesso à informações acadêmicas ou de pesquisas básicas. Solicite o seu!

DOAÇÃO DE LIVROS

A campanha "Doe livros, seja um intermediário no acesso ao conhecimento", promovida pelas entidades dos economistas - Corecon-RJ, IERJ e Sindecon - está ajudando a equipar diversas bibliotecas no Estado, de agosto 96 até agora. Foram 3.820 doações em diversas áreas - economia, contabilidade, direito, literatura, história, administração, educação, além de obras de referência (dicionários e enciclopédias). A campanha continua, e os interessados na doação devem entrar em contato com a bibliotecária Ester Oliveira Teixeira, das 13h às 17h, na Biblioteca Eginardo Pires.

CONVÊNIO

CORECON-RJ / MNBA

Em continuidade ao convênio firmado com o Museu Nacional de Belas Artes para publicação de gravuras do seu acervo e de artistas representativos da cultura brasileira, o *Jornal dos Economistas* reproduz na capa uma obra de Djanira. Artista autodidata nascida em Avaré, São Paulo, em 1914, suas obras fazem parte dos principais museus do Brasil e do exterior e a temática do seu trabalho - apresentado pela primeira vez no Salão Nacional de Belas Artes, no Rio - é predominantemente brasileira.

Nota técnica (capa): *Casa de Farinha*, ponta-seca e água-forte, área impressa de 16,8 x 25,3 cm. Reprodução: João Díaz.

ARTIGO

Globalização e soberania nacional

por Henrique Rattner

A "CÚPULA DAS CÚPULAS"

Como nos últimos anos, assim também neste de 1998 a pequena cidade de Davos, na Suíça, abrigou o encontro anual do Fórum Econômico Mundial, na última semana de janeiro. Registrado como uma fundação e ostentando o *status* de consultor da Organização das Nações Unidas, o Fórum é o lugar de encontro de aproximadamente mil representantes das corporações transnacionais mais poderosas; 250 autoridades governamentais do mais alto nível e de todas as partes do mundo; um número semelhante de cientistas e acadêmicos de universidades e centros de pesquisa famosos, além de seu equivalente, em número, de profissionais da mídia mundial.

O que devemos esperar dessa "cúpula das cúpulas"? O que a sociedade civil pode fazer com relação a esse autônomo – mas sem responsabilidade legal e moral – centro decisório dos destinos do mundo?

Convém analisar a realidade política ou as relações estruturais básicas que regem as interações das grandes corporações e dos governos em nosso país e em escala global. As corporações e os conglomerados determinam crescentemente os parâmetros e as mudanças das políticas sociais e econômicas dos Estados-nações. O vácuo criado após o desmoronamento da ex-União Soviética permitiu que as instituições multilaterais e de governabilidade corporativa exerçam um papel crescentemente decisivo nos destinos de povos e nações.

O Fórum Econômico Mundial pode ser considerado herdeiro de outras convenções criadas durante o último quartel deste século, com o objetivo de definir uma agenda corporativa comum para o processo de globalização. Entre essas iniciativas, destacou-se a Comissão Trilateral, fundada em 1973 por David Rockefeller e Zbigniew Brzezinski e composta por mais de trezentos dirigentes de negócios, governo e sociedade civil das regiões industrializadas da América do Norte, Japão e Europa Ocidental.

Mediante processos de construção de consenso e negociações a portas fechadas, os representantes das organizações industriais mais poderosas, de bancos e de empresas de comunicação, em colaboração com os executivos de governos,

lograram elaborar abordagens comuns relativas a políticas e diretrizes de natureza regulatória econômica e fiscal, transformando essa elite – não eleita e legalmente não responsabilizável – em um grupo que controla efetivamente os instrumentos de governabilidade nas regiões mais dinâmicas do mundo.

Um dos efeitos mais importantes desses conluios foi uma mudança na natureza das corporações. Baseadas em sua expansão tentacular e articulando múltiplas identidades e lealdades nacionais, elas lograram um *status* supranacional adequado aos seus interesses competitivos globais. Independentemente do local geográfico de suas operações, os conglomerados e empresas transnacionais aproveitam subsidiárias, *joint-ventures* e alianças estratégicas para assumir identidades externas, a fim de conseguir isenções de taxas e impostos, subsídios para pesquisa e desenvolvimento e apoio governamental em negociações relacionadas a vantagens no mercado. Assim, o outrora poderoso Estado-nação se transformou em instituição auxiliar para apoiar os investimentos e a competitividade das corporações transnacionais.

QUEM DOMINA A ECONOMIA MUNDIAL?

São impressionantes a expansão e a consolidação do poder das empresas transnacionais, beneficiando-se da desregulamentação, da flexibilização das relações de trabalho e da liberalização do comércio, no marco histórico da globalização. Através de aquisições, fusões e alianças estratégicas, os grandes conglomerados industriais e financeiros não param de crescer e de estender seus tentáculos sobre o planeta.

Pouco mais de 30 mil corporações transnacionais, com suas 200 mil filiais, controlam aproximadamente 50% da produção, 70% do comércio e 85% das transações financeiras internacionais. Entre as cem organizações econômicas mais poderosas no mundo, 51 são corporações transnacionais, e qualquer uma das dez primeiras (GM, GE, Mitsubishi, Ford, etc.) produz mais do que, por exemplo, a Indonésia, dotada de imenso território (13 mil ilhas) e com mais de 200 milhões de habitantes (quarto país mais populoso).

As vendas das duzentas maiores

transnacionais correspondem a quase 30% do produto mundial bruto, embora elas empreguem apenas 18,8 milhões de trabalhadores, ou seja, 1/3 de 1% da população mundial. Paradoxalmente, sua expansão contínua resulta em "enxugamento" da força de trabalho, justificado pelo imperativo de elevar a produtividade, competir, exportar e conquistar novos mercados.

São incontáveis as vítimas desse processo, sustentado – novo paradoxo – pelos governos dos países ricos e pobres, aos quais os dirigentes das grandes empresas não se sentem obrigados a prestar contas de seus atos. Seu principal marco de referência são os mercados financeiros globais que movimentam diariamente US\$ 1,4 trilhão, sempre em busca de aplicações especulativas, sem que haja necessariamente um intercâmbio real de bens e serviços. Os recentes ataques às moedas na Tailândia, Filipinas, Indonésia e Malásia – com a conseqüente desvalorização dessas moedas – repetem um padrão conhecido na América Latina e nos países da Europa Meridional. Cada um desses lances especulativos empobrece a população do país atingido, diminuindo seu poder aquisitivo e aumentando os juros e o principal da dívida externa, no futuro.

Concomitantemente, a externalização de custos das empresas transnacionais, por causa de seu imenso poder de pressão, assume a forma de incentivos, isenções tributárias e subsídios de centenas de milhões de dólares, empobrecendo invariavelmente os orçamentos dos poderes públicos e reduzindo sua capacidade de investir nos setores sociais, tudo em nome de maior competitividade externa. Tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, as receitas do governo provenientes de impostos e tributos pagos pelas grandes corporações tem diminuído ao longo das últimas décadas, com a ajuda de poderosos *lobbies* que atuam junto aos poderes Legislativo e Executivo.

Além dessas perdas impostas pela voracidade ilimitada das grandes corporações, deve-se considerar os custos indiretos impostos à sociedade pela venda de veículos inseguros, cigarros, remédios não suficientemente testados, etc., para não falar da destruição alarmante do meio ambiente natural por práticas predatórias na mineração, na pesca e na

agricultura, com o uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos que alteram a qualidade das águas nos rios, lagos, mares e lençóis freáticos. Os governos assistem, impotentes – ou, pior, coniventes – à destruição da saúde física e mental dos trabalhadores e à deterioração do meio ambiente natural, tudo em nome do desenvolvimento alcunhado de "sustentável". Desenvolvimento de quem?

As conseqüências desastrosas da globalização, ofuscadas pela manipulação de dados estatísticos sobre o crescimento do produto interno bruto (PIB), se alastram junto com a expansão do capital transnacional e afetam a todos, ameaçando a estabilidade social e política, até nos países mais ricos.

Os deslocamentos "estratégicos" de investimentos industriais (por exemplo, da indústria automobilística) provocam instabilidade social, enquanto as rápidas mudanças tecnológicas continuam a eliminar os empregos e a engrossar os "exércitos de reserva" da força de trabalho.

A ideologia neoliberal alimenta a ilusão de ganhos para todos através do incremento do comércio mundial. Na realidade, os ricos levam tudo e os pobres acabam mais espoliados. Mais lucros de algumas corporações não significam mais investimentos e empregos. O capital não tem pátria, e em suas práticas desvincula as necessidades e aspirações de seus empregados, das operações econômico-financeiras. Os resultados – gritantes e revoltantes – apontam para um aumento dramático da polarização e da exclusão. Segundo a revista *Forbes*, 358 bilionários controlam 40% do produto mundial bruto e 447 bilionários possuem fortunas que equivalem à renda da metade mais pobre da população mundial, aproximadamente 2,8 bilhões de pessoas.

O que fazer para evitar catástrofes sociais? A dinâmica sistêmica que alimenta o crescimento e a dominação das corporações transnacionais, agentes e beneficiários da globalização está no âmago do dilema da humanidade.

Cada vez mais pessoas descobrem que o sentido da vida não se encontra no consumo afluente e de desperdício, e procuram construir coletivamente relações sociais que proporcionem conteúdo social, cultural, intelectual e espiri-

ARTIGO

tual. Eis a opção: usamos criteriosamente os recursos do planeta para prover as necessidades de todos, sem depredar o meio ambiente natural, ou deixamos passivamente o "sistema" controlar nossas vidas, destruir os ecossistemas e o próprio tecido social, na corrida insaciável atrás do lucro.

Devemos encarar de frente o dilema das sociedades contemporâneas: se desejamos viver em regimes democráticos, caracterizados por liberdade (com responsabilidade) e justiça social, devemos exigir mais cooperação (e não a competição), a eficiência coletiva (e não a produtividade individual) que, juntos com a solidariedade, constituem os pilares de um convívio humano em que os indivíduos são donos de seu próprio destino.

As grandes corporações e os conglomerados constituem a antítese às condições acima, por suas características de organizações autoritárias e antidemocráticas, em que alguns poucos indivíduos têm poder legal de contratar, demitir e transferir empregados, abrir e fechar fábricas, mudar produtos e processos, sem consultar a organização e sem possibilidade de recusa por parte dos membros desta.

A globalização e a criação de mercados comuns (Mercosul, Nafta, União Européia, etc.) tendem a erodir as fronteiras econômicas, facilitando às corporações e aos mercados financeiros escapar dos controles do Estado e, assim, evadir-se de suas responsabilidades para com o interesse público.

As pressões por mais abertura, liberalização, privatizações e "integração" econômica total (Alca, União Européia) representam mais um esforço do grande capital para assumir o controle completo e ditar as regras do comércio e de investimentos, para ir e vir sem quaisquer empecilhos, em busca de mais lucratividade. O último lance neste tabuleiro de xadrez geopolítico é uma proposta negociada pela OCDE, sigilosamente, desde 1995. Trata-se do Acordo Multilateral sobre Investimentos, o qual, se e quando aprovado, proporcionaria direitos e privilégios inéditos ao capital transnacional.

O NEOCOLONIALISMO EM MARCHA

As novas regras sobre o livre comércio deixam os governos dos países de desenvolvimento tardio sem condições de controlar a escala e o escopo de atividades das empresas transnacionais que ingressam em seus territórios. Pequenas e médias empresas fecham, o trabalho

acaba sendo "precarizado", o desemprego avança inexoravelmente e a deterioração do meio ambiente assume dimensões alarmantes. Um conjunto de novas normas contidas na proposta do Acordo Internacional sobre Investimentos retirará os resquícios de capacidade de controle dos governos sobre suas economias, a favor das empresas transnacionais.

Um passo decisivo nessa direção foi a transformação do GATT em Organização Mundial do Comércio (OMC). Transações de manufaturas, produtos agrícolas, serviços e assuntos não ligados ao comércio, como os direitos de propriedade intelectual e investimentos, passaram para a esfera de competência da OMC, o que lhe confere muito mais poderes do que tinha o GATT. Também o regime do comércio mundial foi alterado.

Os países mais desenvolvidos recorrem à OMC e à OCDE para introduzir novos acordos sobre os investimentos estrangeiros, a serem aplicados por todos os países. Tais acordos visam a proteger os direitos dos investidores, às custas e contra a autoridade dos governos nacionais. Os acordos propostos não impõem, aos investidores estrangeiros, obrigações para respeitar a soberania nacional e as metas de desenvolvimento do país acolhedor. Por outro lado, esses governos teriam muitas e pesadas obrigações para com os investidores, tais como:

(a) o direito da empresa estrangeira entrar e estabelecer-se em praticamente todos os setores da economia. Os governos nacionais perderiam sua autoridade para determinar quais investidores estrangeiros seriam admitidos ou recusados nos respectivos países. Isto significa que a trajetória de desenvolvimento de uma nação não seria mais determinada por seus cidadãos e seu governo, mas pelos interesses e caprichos dos investidores estrangeiros;

(b) o direito à propriedade plena e integral. Não será permitido que os governos exijam das companhias estrangeiras que aceitem participação de capital nacional, ou as obriguem a formar *joint-ventures* com firmas domésticas. A empresa estrangeira deve ser tratada em termos idênticos ou até melhores aos proporcionados às empresas nacionais. Os governos seriam impedidos de conceder tratamento mais favorável às empresas nacionais. Por exemplo, não poderiam oferecer contratos preferencialmente às firmas domésticas ou permitir que os bancos locais abram mais agências do que os bancos estrangeiros;

(c) proteção dos direitos de investidores estrangeiros referentes à propriedade intelectual, expropriação, compensação, transferência de fundos e tributação;

(d) criação de um sistema de negociação de conflitos para arbitrar legalmente eventuais divergências. Esta última proposta é a arma mais poderosa e perigosa. Significa que um país que não acatar as normas ficará sujeito a penalidades ou sanções comerciais impostas por uma organização internacional. Tal mecanismo teria impactos mais fortes em países menores, obrigando-os a acatar as decisões de um tribunal, enquanto um país poderoso como os Estados Unidos poderá obedecer seletivamente ou ignorar os acordos de investimentos, conforme seus interesses.

templados pelos investimentos. Diferentemente de governos eleitos, seus processos decisórios são sigilosos e, portanto, não sujeitos ao escrutínio e à auditoria da opinião pública.

Concluindo, convém analisar a diferença entre o MIA da OMC (Organização Mundial de Comércio) e o MAI da OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico). O MIA será negociado nos próximos anos na OMC, com a participação dos países em desenvolvimento. Contudo, na OCDE, composta pelos 25 países mais ricos, as negociações se desenvolvem sem a participação dos mais pobres, cujos problemas e dificuldades não fazem parte da pauta das discussões. Por isso, a luta deve ser organizada contra o MIA (OCDE) e o MAI (OMC), pois, uma vez

O Acordo Multilateral de Investimentos, em tramitação, é uma carta de direitos das corporações transnacionais, sem que haja preocupação com suas responsabilidades. Depois dele, ainda será possível falar em soberania nacional?

O problema do Acordo Multilateral de Investimentos não passa por um juízo de valor sobre o investimento estrangeiro: se é bom ou mau, se deve ou não ser admitido. Para países de desenvolvimento tardio, o investimento estrangeiro tem um papel importante, quando dirigido aos setores produtivos. Mas, isto só pode ser conseguido se os governos mantiverem o direito (e tiverem o poder) de determinar o tipo de investimento e as condições de seu ingresso e operação. Por isso, as objeções ao Acordo não devem ser concebidas como negação dos investimentos estrangeiros em si. Contudo, as experiências bem-sucedidas de países que acolheram investimentos estrangeiros mostram a importância de manter o poder decisório do governo para definir políticas e diretrizes, inclusive para os capitais de fora.

Incontestavelmente, as grandes corporações têm muito mais flexibilidade do que os Estados. Elas escolhem seus objetivos, definem sua estrutura, selecionam os locais onde desejam sediar seus estabelecimentos e decidem quando admitir ou demitir seus empregados. Têm muito menos responsabilidades do que os governos e podem externalizar custos sociais e ambientais, transferindo-os para as populações dos países con-

assinado o acordo na primeira, a pressão para submeter-se às regras será utilizada em todas as negociações econômicas, financeiras e comerciais. No caso da OMC, por suas características de uma organização mundial, seu poder de "convencimento" será ainda maior. Na estrutura de poder mundial existente, não é de se duvidar que, aprovado o MAI pela OCDE, este será utilizado como modelo pela OMC. E os governos nacionais, reféns de uma política insensata de sujeição ao capital internacional, invocarão a obrigatoriedade de acatar os tratados internacionais para legitimar mudanças significativas da legislação nacional.

Segundo pesquisadores e juristas, o MAI e a OMC poderão proibir os países de discriminar ou mesmo distinguir entre a produção de alimentos orgânicos e os de uso de agrotóxicos e a exploração sustentável ou insustentável de florestas e de outros recursos naturais.

Em suma, parece uma Carta de Direitos das Corporações Transnacionais sem preocupação com suas responsabilidades. Seria possível ainda falar-se de soberania nacional?

Henrique Rattner é professor-titular (aposentado) da FEA/USP e da FGV/SP.

SIMPÓSIO

XVII SINCE – Infra-estrutura e desregulamentação: desafios para o desenvolvimento

O XVII Simpósio Nacional de Conselhos de Economia, promovido pelo Conselho Regional de Economia do Paraná e pelo Conselho Federal de Economia, será realizado de 1 a 4 de setembro próximo em Foz do Iguaçu, Paraná, com o programa abaixo especificado.

PROGRAMA

1 de setembro

9 às 17h

Credenciamento dos participantes do evento

19h

Solenidade de abertura

Entrega do 8º Prêmio Paraná de Economia

19h30

Palestra inaugural: Infra-estrutura e Desregulamentação – Desafios para o desenvolvimento

• Palestrantes:

Tomás Bruginski de Paula (Ipea)

Fernando Perrone (BNDES)

• Debatedores:

Clélio Campolina (UFMG)

Luiz Carlos Thadeu Delorme Prado (Cofecon)

21h30

Jantar de confraternização

2 de setembro

9h às 12h

Inscrições nos Grupos de Trabalho (GTs)

13h30 às 14h

Instalação dos Grupos de Trabalho por membros indicados pela comissão organizadora e escolha

dos coordenadores e relatores, ambos delegados, pelos integrantes dos GT's

14h às 18h

Exposições e debates nos GTs

GT 1 – Desregulamentação das profissões e estrutura do sistema Cofecon/Corecon's

• Expositores: Antônio Carlos S. Barreto (Cofecon), José Luiz Pagnussat (Corecon/DF), Francisco B.B. de Magalhães (GIMCEA)

GT 2 – Formação do economista e mercado de trabalho

• Expositores: José Rubens Damas Garlipp (Ange), Carlito Roberto Zanetti (Cofecon), Vander Piaia (Corecon-PR)

GT 3 – Financiamento à infra-estrutura – concessão de rodovias

• Expositores: André Fialho (SETR/PR), Eduardo Rattón (UFPR)*

• Debatedores: Carlos Augusto Albuquerque (FAEP), José Alberto Ribeiro (ANEOR), Representante do BNDES*, Representante da Agência Estadual de Regulação (RS)*

19 às 21h

Palestra: Infra-estrutura e Integração no Mercosul

• Palestrante: Romar Teixeira Nogueira (Itaipu)

• Debatedores: Antônio Corrêa de Lacerda (Cofecon), Jorge Luis Von Horoch (Min. da Ind. e Com. do Paraguai)*

3 de setembro

9h às 12h

Relatoria dos GT's

Reuniões extraordinárias (Cofecon, Fórum de Presidentes, Fenecon, Ange)

14h às 17h30

Apresentação de propostas para discussão no âmbito dos GTs

19h às 21h

Palestra: Mercado de trabalho no Brasil

• Palestrante: Márcio Pochmann (Unicamp)

• Debatedor: Juarez Varallo Pont (Cofecon)

4 de Setembro

9 às 12h

Apresentação e aprovação dos relatórios finais dos Grupos de Trabalho

Moções

14 às 18h

Plenária final

* A confirmar

MAIS INFORMAÇÕES:

Conselho Regional de Economia - 6ª Região - PR
Paraná, Rua Nicolau Maeder, 89, Alto da Glória,
CEP 80030-330, tel. (041) 352-2820, fax (041) 253-9447.
E-mail: corecon-pr@cofecon.org.br.

Informações sobre inscrições e hospedagem podem ser feitas com a Modello Turismo, tel. (041) 324-1135 ou pelo e-mail modelo-tours@vrs.com.br.

PERFIL DO ECONOMISTA

O Economista junto à Sociedade

Com o apoio e divulgação da pesquisa Perfil dos Economistas, o CORECON-RJ está preparando campanha de divulgação sobre o papel do Economista na sociedade, junto aos alunos de Ciências Econômicas das Universidades do Estado do Rio e a escolas de Segundo Grau do Estado. No que se refere às universidades, os Departamentos de Economia estão sendo contatados para agendar os eventos. No segundo caso, aguardamos apenas o envio pela Secretaria de Educação do Estado da relação de instituições de ensino do Segundo Grau para que possamos remeter a pesquisa e agendar as visitas de conselheiros a cada uma das interessadas. Contatos no CORECON: Secretaria de Assuntos Institucionais, telefone 224-0578.

O PIB das atividades culturais

O presente trabalho foi realizado em cumprimento ao Convênio celebrado entre a Fundação João Pinheiro e o Ministério da Cultura, através da Secretaria de Apoio à Cultura, com o objetivo de dotar o governo federal de ampla base de informações sobre o setor cultural e sua inserção na economia brasileira. Denominado *Diagnóstico dos investimentos na cultura no Brasil*, foi dividido em três módulos:

- "Gastos públicos em cultura no Brasil, 1985-1996", referentes aos gastos da administração direta e indireta dos governos federal, estaduais e de municípios de capital;

- "Investimento em cultura por empresas públicas e privadas, 1990-1997", realizado através de pesquisa direta, aplicada junto a uma amostra das maiores empresas brasileiras e suas fundações; e

- "Produto interno bruto das atividades culturais, 1980-1985-1994", baseado nas mesmas fontes de dados que permitem o cálculo das Contas Nacionais e Regionais (Censos, Pesquisas Anuais e Registros Administrativos).

Essa etapa do projeto permitiu identificar a participação do setor cultural no produto interno bruto do Brasil, assim como conhecer a evolução e a composição dos seus principais segmentos, possibilitando, do ponto de vista econômico, medir seus reflexos na geração da renda, emprego, salários, impostos, etc. Os resultados referentes às atividades culturais foram desagregados na matriz de insumo-produto, para se medir a geração indireta de emprego e renda, isto é, o impacto das atividades culturais nas demais atividades econômicas.

O cálculo do PIB cultural para o total da economia brasileira não permite uma análise desagregada regionalmente. Por isso, foi introduzido no projeto uma etapa inicial que, sem a pretensão de realizar o mesmo tipo de análise e tratamento dos dados necessários ao cálculo do "PIB cultural", permitisse conhecer a distribuição e a estrutura regional das atividades culturais. Foram feitas estimativas para o número de pessoas ocupadas (empregados e autônomos) e a massa salarial correspondente, por atividade (indústria, comércio, serviços e administrações públicas) e unidade da Federação.

AS ETAPAS DO TRABALHO

A primeira etapa foi a definição do âmbito do macrossetor (ou complexo) da cultura. Como, em alguns casos, o nível de agregação pode agrupar atividades distintas, estas foram selecionadas em função da preponderância. Portanto, se a definição do âmbito de uma atividade qualquer, selecio-

nada para fazer parte do setor cultural, é mais ampla que a desejada, estarão sendo incluídas no setor atividades econômicas não relacionadas ao objetivo do trabalho. O inverso acontece quando a preponderância são as atividades não culturais.

Na indústria, as atividades que compõem o setor cultural estão restritas a dois gêneros industriais: "editorial e gráfica" e "diversos". No primeiro, encontram-se as atividades de: edição e impressão de jornais, outros periódicos, livros e manuais; execução de serviços gráficos; e a produção de matrizes para impressão. Dentre as indústrias classificadas em "diversas" foram selecionadas as atividades de fabricação de: aparelhos fotográficos e cinematográficos; fabricação de material fotográfico; fabricação de instrumentos musicais, inclusive elétricos; reprodução de discos gravados para fonógrafos, exclusive o acetato gravado; e reprodução de fitas magnéticas gravadas, exclusive matrizes.

As atividades comerciais são discriminadas em duas classes: atacado e varejo. Cada classe é dividida em gêneros, muitos deles comuns a ambas as classes. Foram selecionados para compor o setor cultural os seguintes gêneros: livrarias e bancas de jornais - livros, jornais, revistas e outras publicações -, exclusive usados; comércio de instrumentos musicais e acessórios, músicas impressas, discos gravados e fitas cassetes e artigos de ótica, material fotográfico e cinematográfico (no atacado e no varejo).

As atividades dos serviços são discriminadas em seis classes, desagregadas em 24 gêneros. Foram selecionados para compor o setor cultural os seguintes gêneros: reparação de artigos diversos (jóias, relógios, máquinas fotográficas, aparelhos de ótica, filmadoras, instrumentos musicais, antiguidades, etc.); serviços de radiodifusão e televisão; cinemas, teatros, salões para recitais, concertos, conferências, casas de *shows*, boates, discotecas, etc.; filmagem, revelação, copiagem, corte, montagem, gravação, dublagem, *mixagem*, sonorização e outros serviços auxiliares à produção de películas cinematográficas, *video-tapes*, *video-cassetes*, etc.; e serviços de gravação de fitas e acetatos para a produção de discos fonográficos e fitas cassete. Nas administrações públicas foram selecionados atividades e subprogramas relacionados com a cultura.¹

A segunda etapa foi a montagem da base de dados, a partir das fontes mais amplas existentes: os Censos Econômicos de 1980 e 1985 e o Demográfico de 1991, todos da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Minis-

tério do Trabalho, para 1991 e 1994. Para as informações referentes às administrações públicas, a fonte básica dos dados foi a pesquisa *Estatísticas Econômicas das Administrações Públicas*, do IBGE.²

A terceira fase foi a análise e tratamento dos dados desagregados regionalmente, para se obter, da forma mais consistente possível, os resultados, por unidade da Federação, do emprego, do salário médio e da massa salarial gerada tanto para o emprego formal no setor público e privado quanto para os trabalhadores autônomos. Dentro dessa etapa foi feita também a análise de consistência dos resultados obtidos das diferentes fontes, tendo sido realizados ajustes nos resultados da RAIS de 1994 que, por adotar uma nova classificação em relação às anteriores, apresentava uma estrutura de emprego setorial e regional inconsistente com os demais resultados. A incorporação dos resultados do Censo Demográfico tornou as estimativas mais completas, por incluir trabalhadores autônomos e por conta-própria.

A base de dados final e ajustada permitiu o cálculo do "PIB cultural" e da matriz de insumo-produto, com destaques para as atividades do macrossetor cultural.

O USO DO CENSO DEMOGRÁFICO DE 1991 E A ESTIMATIVA DOS TRABALHADORES AUTÔNOMOS

Os Censos Demográficos constituem uma rica fonte de informação para as análises econômicas. Assim, por exemplo, a população de dez anos ou mais foi classificada, segundo a condição de atividade, em "população economicamente ativa" (PEA) e "população não economicamente ativa". A PEA, por sua vez, foi dividida em população ocupada e desocupada. Para os ocupados, foram investigadas as características da ocupação habitual ou da principal, quando mais de uma era exercida simultaneamente. Além disso, também foi levantada a classificação de atividade do estabelecimento ou empresa, permitindo assim uma análise bastante detalhada da estrutura de emprego. Como também foram investigados os rendimentos brutos (da ocupação principal e das demais), se a carteira de trabalho foi assinada ou não, o número de horas trabalhadas, se é contribuinte da previdência, etc. O Censo Demográfico fornece o mais completo levantamento da mão-de-obra no Brasil. O uso de fontes demográficas na complementação de informações obtidas nas fontes econômicas vem sendo adotado, pelo IBGE, desde a construção da matriz de relações interseoriais de 1970.

ARTIGO

Foram selecionadas as atividades que compunham o subconjunto definido como atividades culturais, de forma a se poder efetuar comparações com os resultados obtidos das demais fontes. Entretanto, a nomenclatura utilizada pelo Censo Demográfico é, de forma geral, mais agregada do que as demais, obrigando a seleção de setores de atividade mais agregados. Com isso, os valores absolutos obtidos do Censo Demográfico não puderam ser considerados, mas apenas as estruturas derivadas. Os valores referentes ao emprego nas atividades produtivas do setor privado foram obtidos das fontes já assinaladas, isto é, os Censos Econômicos de 1980 e 1985 e a RAIS de 1991 e 1994. Sobre esse efetivo, estimado por atividade e por unidade da Federação, foi aplicada a estrutura obtida a partir do Censo Demográfico.

AS MATRIZES DE INSUMO-PRODUTO E O PIB CULTURAL

Os dados básicos obtidos, conforme foi descrito, permitiram a construção de matrizes de insumo-produto destacando os setores de atividade e os produtos relacionados ao PIB cultural. Foram desagregadas quatro atividades (indústria-cultura, comércio-cultura, serviços-cultura e administração pública-cultura) e quatro produtos (produtos industriais-cultura, margem de comércio-cultura, serviços-cultura e administração pública-cultura).

Essa desagregação foi mantida para 1980, 1985 e 1994, anos de referência das matrizes apresentadas. Para cada um desses anos foram construídas as tabelas básicas e as matrizes do modelo de insumo-produto (dez para cada ano). O conjunto de tabelas básicas que permite a obtenção do modelo de insumo-produto é parte integrante do Sistema de Contas Nacionais, podendo-se, portanto, calcular o PIB por atividade econômica. Para as atividades que compõem o macrossetor de cultura os resultados aparecem na Tabela 1.

Os resultados mostram que o macrossetor empregou, em 1994, cerca de 510 mil pessoas (391 mil no setor privado, 69 mil como autônomos e 49 mil na administração pública), representando 0,8% do total da população ocupada do país. O valor adicionado, que corresponde ao PIB da atividade, foi de R\$ 2,708 bilhões, em valores de 1994, ou seja 0,8% do total do PIB gerado pelas atividades (exclusive o ajuste dos serviços financeiros imputados). A participação dos salários pagos no macrossetor é de 1,7% do total pago pela economia, indicando um salário médio acima do conjunto dos demais setores.

Para 1985, a participação no PIB total gerado pelas atividades foi de 1,0%. Os salários pagos e o pessoal ocupado representavam 1,2% e 0,7% do total, indicando um salário médio superior ao do restante da economia. Para 1980, a participação no PIB do total das atividades foi de 1,1%; no

TABELA 1 - RESUMO DOS RESULTADOS DO PIB CULTURAL - BRASIL - 1994 (R\$ 1.000,00)

Especificação	Indústria	Comércio	Serviços	Administração Pública	Total das Atividades de Cultura	Total
Total do consumo intermediário	2.164.494	243.086	380.489	71.638	2.859.707	300.362.861
Remuneração	788.469	515.687	649.362	178.073	2.131.591	140.079.248
Salários	684.852	452.092	566.450	152.408	1.855.802	111.680.765
Valor adicionado (preço básico)	1.016.115	674.214	839.447	178.073	2.707.849	352.826.810
Valor da produção por atividade	3.180.609	917.300	1.219.936	249.711	5.567.556	653.189.671
Pessoal ocupado	138.016	164.609	157.688	49.194	509.507	60.406.900

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

TABELA 2 - RESUMO DA MATRIZ IMPACTO DIRETO + INDIRETO SOBRE OS INSUMOS TOTAIS E O EMPREGO - BRASIL - 1994

Atividade N80	A-01 Atividades Culturais	A-02 Agropecuária	A-03 Indústria	A-04 Comércio de Transportes	A-05 Serviços	A-06 Administração Pública
Total de bens e serviços nacionais	0,8657	0,6523	1,0094	0,6380	0,3504	0,4481
Produtos importados	0,0611	0,0290	0,0841	0,0631	0,0194	0,0283
Impostos sobre produtos, líquidos de subsídios	0,0381	0,0378	0,0485	0,0515	0,0362	0,0320
Total do consumo intermediário	0,9649	0,7190	1,1420	0,7526	0,4060	0,5084
Remunerações	0,5098	0,1657	0,2332	0,3274	0,3332	0,7595
Valor adicionado (preço básico)	0,9008	0,9332	0,8674	0,8854	0,9444	0,9397
Valor da produção por atividade	1,8657	1,6523	2,0094	1,6380	1,3504	1,4481
Pessoal ocupado (por \$ 1000,00)	0,1623	0,3981	0,1374	0,2058	0,1432	0,1257

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

emprego, de 0,7%; e nos salários pagos, de 1,2%.

No modelo, a matriz fundamental é a de impactos, ou matriz de Leontief. Ela relaciona a demanda final com o nível de produção de cada atividade. Para as atividades do macrossetor cultural, para cada unidade monetária de demanda final (no caso específico dessas atividades, somente consumo final), é necessária a produção, pela economia como um todo, de 1,87 unidade monetária. As atividades culturais devem produzir \$ 1,00 para atender a demanda final e \$ 0,009 para atender seu autoconsumo. Eliminando-se, para efeitos analíticos, o autoconsumo, para cada \$ 1,00 de produção nessas atividades, a economia produz um adicional de \$ 0,85. Fazendo-se uma aplicação simples do modelo, chega-se ao impacto da demanda final na renda e no emprego, conforme aparece na Tabela 2.

A leitura dessa tabela é feita da mesma forma que a da matriz de Leontief, isto é, para cada \$ 1,00 de demanda final, o macrossetor importa \$ 0,06, paga de impostos (líquidos de subsídios) sobre produtos \$ 0,04 e gera, em conjunto, um PIB de \$ 0,90. No caso do emprego, cada milhão de demanda final gera 162 empregos em toda a economia.

Para cada milhão produzido no macrossetor, ele gera, com a estrutura de 1994, 91,5 postos de trabalho. As demais atividades da economia, das quais ele compra insumos, vão gerar, em função apenas daquela produção, mais 69 postos de trabalho.

A participação das atividades culturais no PIB pode, à primeira vista, parecer pequena, mas o conjunto empregava, em 1994, um contingente 90% superior ao da atividade de fabricação de equipamentos e de material elétrico e eletrônico; 53% superior ao da indústria de material de transporte; e 2,8 vezes maior que do setor de comunicações.

Antonio Braz de Oliveira e Silva é diretor do Centro de Estatística e Informações (CEI) da Fundação João Pinheiro (Minas Gerais).

NOTAS

1. Não foram consideradas as atividades de construção de equipamentos culturais, por ser impossível identificar, nas fontes estatísticas existentes, o destino da obra nesse grau de detalhe.
2. Mudanças na classificação ao longo do período analisado obrigaram a realização de ajustes e estimativas, especialmente nas atividades de serviços.

DOCUMENTOS

Moção em Defesa do Ensino Público Superior

A atividade acadêmica, através da docência, da pesquisa e da extensão, é fundamental para a alavancagem de um processo dinâmico e sustentado de desenvolvimento econômico com justiça social no país.

Com essa perspectiva, as entidades constituintes do Sistema Cofecon/Corecons vêm com preocupação o quadro desenhado no ensino público superior no país. Pesquisas descontinuadas, salários aviltados e remunerações incompatíveis com a capacitação e a especialização de seu corpo docente, aliados a um processo de degradação do patrimônio físico e condições inadequadas de funcionamento, potencializam um quadro dramático de falta de prioridade na alocação de recursos.

Existe neste momento o perigo concreto de perda da experiência e conhecimento acumulados ao longo de várias gerações, o que comprometerá a formação das gerações futuras, a quem caberá a tarefa do desenvolvimento nacional.

Neste quadro, a inobservância pelo Executivo federal, embora com amparo jurídico, de processos legítimos de consulta à comunidade universitária, é lamentável, concorrendo para intranquilizar ainda mais as universidades públicas - como está ocorrendo no caso da UFRJ e de outras instituições públicas.

As entidades do Sistema Cofecon/Corecons entendem que neste processo é fundamental o respeito à democracia interna das universidades, tendo a sensibilidade de nomear reitores representativos da Comunidade Universitária, o que significa o respeito à vontade expressa na consulta levada adiante na UFRJ.

São Luís, 31 de julho de 1998

Conselho Federal de Economia; Federação Nacional dos Economistas;
Fórum Nacional dos Presidentes de Conselhos Regionais de Economia

Carta de São Luís

Os economistas brasileiros, reunidos em São Luís, por ocasião do XV ENE - Encontro de Entidades de Economistas do Nordeste, que teve como tema central "Desafios para o desenvolvimento sustentável do Nordeste", manifestam suas preocupações acerca da trajetória que se está delineando para o futuro da economia brasileira e, em especial, da nordestina.

As discussões estabelecidas possibilitaram a reflexão sobre diversos assuntos que interessam ao povo brasileiro e, particularmente, ao nordestino, além daqueles temas relacionados com a formação profissional, mercado de trabalho, empregabilidade, papel social e comportamento ético do economista.

Relativamente ao desenvolvimento sustentável, tratado como um novo paradigma de desenvolvimento, que considera avanços estruturais sem prejudicar o meio ambiente para gerações futuras, foram destacados aspectos cruciais como os limites físicos do crescimento, as políticas públicas e a existência de potencialidades endógenas da região nordestina que, combinados de forma coerente, podem conduzir à sustentabilidade do desenvolvimento regional.

Os economistas presentes no evento foram unânimes em ressaltar a indispensável retomada do crescimento econômico para tornar possível a ampliação das oportunidades de trabalho na região. Ressaltam os economistas que a inexistência de uma política de desenvolvimento regional terá como conseqüência o agravamento das disparidades sociais e regionais.

Defendem os economistas uma política de desenvolvimento regional que considere a diversidade do Nordeste, dinamizando as vantagens competitivas da região e fortalecendo as áreas mais carentes, inclusive com a concessão de subsídios e incentivos fiscais, em moldes distintos do que sempre se fez.

Para que esta política seja conseqüente, os economistas consideram urgente a alteração da sua estrutura fundiária, promovendo uma reforma agrária ampla e democrática que distribua terras para um número significativo de brasileiros. Essa reforma agrária proposta tem que levar em consideração a necessidade de apoio técnico e financeiro, bem como a infra-estrutura adequada para o assentamento das famílias.

Defendem, ainda, a reestruturação e fortalecimento dos órgãos de fomento regional, especialmente a Sudene, o BNB e a Chesf.

Diante desses argumentos, torna-se imperativo mudar o perverso quadro social e econômico que prejudica uma grande parcela da população nordestina.

São Luís, 31 de julho de 1998

Conselho Federal de Economia; Federação Nacional dos Economistas;
Fórum Nacional dos Presidentes de Conselhos Regionais de Economia

Nota das Entidades dos Economistas do Rio de Janeiro sobre a privatização do Sistema Telebrás

O Presidente da República tem implementado, ao longo de seu governo, várias ações que estão conduzindo o Brasil para uma situação de extrema fragilidade, tanto no âmbito interno, quanto no externo.

Os resultados estão aí: desemprego; balança comercial deficitária; balança de serviços deficitária; contas de remessas de lucro, de dividendos, de direitos industriais, de assistência técnica etc, todas com resultados negativos explosivos e com tendências a piorar.

Mas não satisfeito, o governo federal vem realizando uma privatização selvagem, entregando parcelas crescentes dos serviços de infra-estrutura ao capital estrangeiro, sem atentar para o fato de que esses serviços não geram divisas, estão fortemente ligados às atividades no mercado doméstico e, portanto, se transformarão em mais um centro gerador de pressões sobre as contas externas do Brasil. Se isso já tem ocorrido, como comprovam as importações desnecessárias realizadas pela Light e, mais recentemente, pela CRT, com aquisições de centenas de milhões de dólares em equipamentos junto às suas matrizes, pode-se esperar das empresas adquirentes do Sistema Telebrás atitude bem mais nefasta do ponto de vista das contas externas brasileiras.

Especialistas do setor de telecomunicações têm apontado que várias premissas utilizadas para reduzir o preço de venda da Telebrás, especialmente aquelas derivadas da existência de empresas concorrentes, não são adequadas nem mesmo para o mercado americano, no qual predomina uma intensa concorrência em razão do tamanho daquele mercado e do poder de compra de seus consumidores. O mercado brasileiro nem de longe comporta tal concorrência, por isso não é possível aceitar as reduções propostas no preço de venda e aceitar sem discussão pelo próprio BNDES, órgão responsável pela privatização das empresas.

Da mesma forma, não é possível aceitar como adequada a simples projeção das receitas e despesas atuais, ignorando que novas tecnologias estão surgindo e impactando profundamente tanta a estrutura de custos (reduzindo-a absoluta e relativamente) como o leque de receitas possíveis (aumentando-as absoluta e relativamente). Exemplo perfeito dessas críticas são as perdas de mercado projetadas para a Embratel pela entrada de novos concorrentes na telefonia de longa distância interurbana e internacional, mas que desconhecem (ou ignoram intencionalmente) as possibilidades abertas à Embratel de atuar sem intermediários (sem as telefônicas fixas, antes obrigatórias) na disputa pelo rentável mercado de transmissão de dados, tecnologia de rádio-enlaces locais para transmissão de dados está disponível comercialmente, já foi usada pela Embratel, mas teve sua implantação suspensa por pressão das telefônicas locais sob a égide da Telebrás. Essas são apenas algumas das questões polêmicas que o BNDES não apontou, não questionou e não permitiu que fossem aprofundadas.

As entidades representativas dos economistas manifestam-se frontal e claramente em desacordo com a privatização das empresas do "Sistema TELEBRÁS", convencidos que estão, por todos os elementos disponíveis, de que essa privatização representará mais um ato de fragilização das bases de crescimento da economia brasileira.

CORECON-RJ / IERJ / SINDECON-RJ

SEMINÁRIO

Rede Internacional sobre Economia Global e Desenvolvimento Sustentável (REG/GEN)

O complexo processo de globalização que vem articulando cada vez mais intensamente as várias economias nacionais e regionais exige um acompanhamento sistemático baseado em três aspectos:

1. Um estudo teórico e analítico sobre as características deste processo e suas tendências principais, assim como o seu impacto sobre as formas anteriores de articulação da economia mundial;
2. Um acompanhamento permanente dessas características e tendências e dos impactos assinalados;
3. Na ligação entre as análises estruturais e o exame do comportamento mais imediato da economia global para poder avaliar as tendências e os prováveis desdobramentos da conjuntura mundial.

Para este fim criou-se uma Rede Internacional sobre Economia Global e Desenvolvimento Sustentável (REG/GEN), patrocinada pela Unesco e pela Universidade das Nações Unidas, sediada no Colégio do Brasil sob a coordenação da Cátedra Unesco sobre o mesmo tema, que coube ao prof. de Economia da UFF, Theotônio dos Santos, coordenar.

A REG/GEN articulará as atividades de pesquisa e docência de um conjunto de instituições localizadas em várias regiões do mundo e dedicadas ao estudo da economia mundial. Com este objetivo foram convidadas várias instituições para integrar a rede e trabalhar em conjunto para o acompanhamento científico do processo de globalização e seus impactos nas várias regiões do mundo. Para isto ela se apoiará na contribuição de vários institutos de pesquisa, de acordo com sua especialidade regional e sua temática.

Como primeira atividade internacional da REG/GEN será realizada, em caráter reservado, uma reunião de trabalho nos dias 8, 9, 10 e 11 de setembro próximo, no Rio de Janeiro, o seminário Dinâmicas da Globalização, com o objetivo de:

- 1) realizar um balanço do processo de globalização ora em curso
- 2) discutir sobre os objetivos da Rede e seu funcionamento.

Para tal fim, foram selecionados os principais especialistas em cada tema que se dispuseram, em quase todos os casos, a participar do seminário, que deverá ser um marco na análise da importância e significado da globalização em suas dimensões regionais e geopolíticas.

Como desdobramento desse processo e aproveitando a oportunidade da presença de especialistas internacionais, as entidades representativas dos economistas do Rio de Janeiro - Corecon-RJ, IERJ, Sindecon-RJ - patrocinará, em conjunto com as instituições ao lado listadas, o seminário *Novas dimensões da globalização*, este aberto ao público em geral.

PROPOSTA PRELIMINAR*

Seminário Novas Dimensões da Globalização

Dias: 9, 10 e 11 de setembro de 1998 • Horário: de 18:30 às 21 horas

Local: Auditório do Clube de Engenharia (Av. Rio Branco 124, 22º andar)

Objetivo: O tema da globalização está na ordem do dia e vem sendo focado dos mais diversos pontos de vista, o que às vezes leva à confusão e à imprecisão na abordagem do tema, em detrimento do esclarecimento do conceito. Neste encontro introduziremos as novas dimensões da questão ao abordar a crise financeira nas várias regiões, particularmente a crise asiática; a complexidade da crise do campo socialista na Europa e na África; as emergências das economias continentais que desestabilizaram o equilíbrio mundial e a hegemonia norte-americana. E, por fim, pretendemos realizar um balanço do conceito da globalização do ponto de vista crítico, com rigor teórico inquestionável, que permita interpretar as profundas transformações políticas ocorridas no final do século. Para realizar este ciclo de palestras, convidamos pesquisadores das mais diversas regiões, capazes de oferecer um enfoque amplo, plural e objetivo das novas dimensões da globalização.

PROGRAMA

I - A EMERGÊNCIA DAS ECONOMIAS CONTINENTAIS

Nomes propostos:

Gao Xian - Secretariado do Centro de Estudos do 3º Mundo da Academia de Ciências da China

Amyar Bagchi - Diretor do Centro de Estudos Sociais e do Desenvolvimento/Índia

Sergei Duaynev - Rússia - Universidade Lomonosov - Moscou

Ignacy Sachs - École des Hautes Etudes en Sciences Sociales/ França

Coordenador: **João Paulo de Almeida Magalhães** (Presidente do IERJ)

II - A CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL E SEUS DESDOBRAMENTOS

Nomes propostos:

Pierre Salama - Universidade de Paris

Akira Takahashi - Ex-Diretor do Institute of Developing Economics

José Carlos Miranda - IE/UFRJ

Coordenador: **Reinaldo Gonçalves** (Vice-Presidente do Corecon-RJ)

III - HÁ UMA TEORIA DA GLOBALIZAÇÃO?

Nomes propostos:

Michel Beaud - Presidente de honra do Grupo de Estudo sobre Economia Mundial e Desenvolvimento (GEMDEV) da Universidade de Paris

Javier Martínez Peinado - Universidade de Barcelona

Theotônio dos Santos - Diretor do Mestrado em Economia da UFF e coordenador da Cátedra Unesco e Rede Unesco / Universidade da Nações Unidas sobre Economia Mundial e Desenvolvimento Sustentável

Samir Amin - Diretor do Forum do Terceiro Mundo - Dakar - Senegal (a confirmar)

Coordenadores: **Luiz Carlos Prado** (Presidente do Cofecon)

Adhemar dos Santos Mineiro (Presidente do Corecon-RJ)

Coordenação Geral: **Theotônio dos Santos** - Diretor do Mestrado em Economia da UFF

Luiz Antonio Elias - Conselho Federal de Economia

TRADUÇÃO SIMULTÂNEA

INSCRIÇÕES: CORECON-RJ, tel. (021) 224-0578, fax (021) 509-8121

PROMOÇÃO: Cofecon, Corecon-RJ, Sindecon-RJ, IERJ, Colégio Brasil, Cátedra Unesco e Rede Unesco, Universidade das Nações Unidas sobre Economia Global e Desenvolvimento Sustentável, NUSEG / UERJ

APOIO: Clube de Engenharia

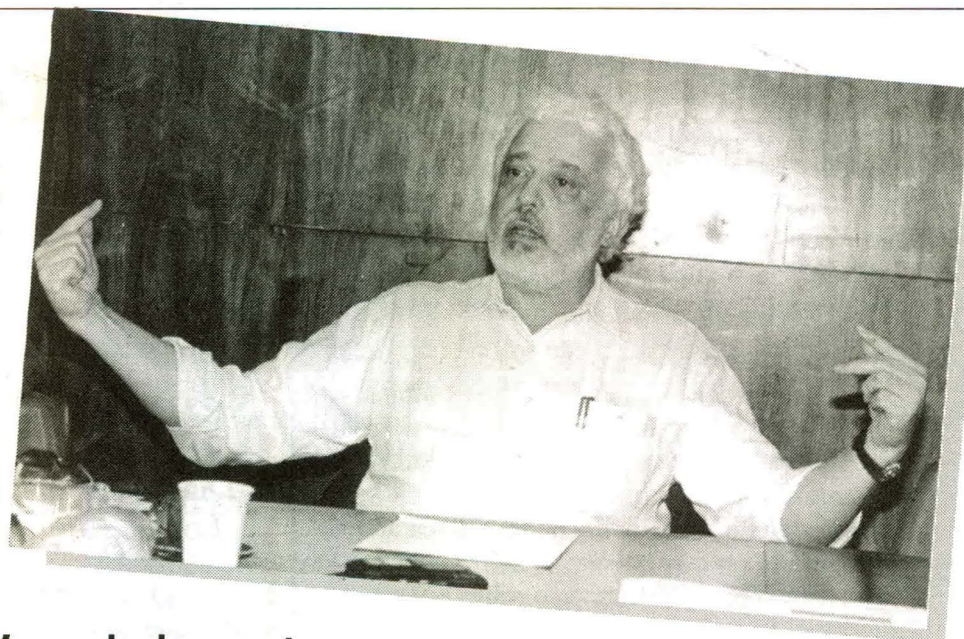
* A confirmação final dos nomes será brevemente divulgada através de folder e publicidade em jornal de grande circulação.

VAGAS LIMITADAS

ENTREVISTA

Theotônio dos Santos

Estamos entrando na era pós-Consenso de Washington



FOTOS: JOÃO DIAZ

A Unesco está publicando o livro *Os desafios da globalização*, organizado por Francisco López Segrera, em homenagem aos sessenta anos de Theotônio dos Santos. É uma justa homenagem. Participante ativo dos debates sobre os destinos do Brasil, da América Latina e do Terceiro Mundo desde o início dos anos 60, Theotônio tem atrás de si uma longa trajetória intelectual e militante: graduado em Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília e doutor pela Universidade do Chile, recebeu o título de notório saber em Economia pelas universidades federais de Minas Gerais e Fluminense, onde atualmente coordena o Mestrado em Economia. Sua atividade militante o conduziu ao exílio em 1966. Viveu no Chile, onde dirigiu o Centro de Estudos Socioeconômicos, e no México, onde coordenou o doutorado em Economia da Universidade Autônoma. Autor de uma vasta obra, publicou nos últimos anos, pela Editora Vozes, *Economia mundial, integração regional e desenvolvimento sustentável* (1994) e *A evolução histórica do Brasil* (1996). Nesta entrevista ao *Jornal dos Economistas*, Theotônio dá um testemunho precioso sobre a evolução do debate entre os estudiosos da dependência na América Latina, dos anos 60 até hoje.

JORNAL DOS ECONOMISTAS
– Qual seu principal objeto de estudo hoje?

THEOTÔNIO DOS SANTOS – Minha preocupação central está voltada para desenvolver uma capacidade analítica que permita ligar o desenvolvimento das conjunturas a processos de natureza mais estrutural, que formam a moldura dos grandes movimentos da história. É preciso compreender o longo processo através do qual o capitalismo se transformou no único sistema mundial, que englobou em si a alternativa socialista, tal como ela foi tentada, bem como as formas pré-capitalistas que ainda sobrevivem. Essa problemática desdobra as análises sobre a dependência, de que participei a partir, principalmente, da década de 1960. Ela é o núcleo do meu esforço atual para criar uma rede de estudos sobre economia global e desenvolvimento sustentável, com o apoio da Unesco e da Universidade das Nações

Unidas. Em setembro próximo, faremos uma reunião internacional no Rio de Janeiro sobre a dinâmica da globalização.

JE – Que inovações estiveram presentes nas análises da dependência feitas na década de 1960?

THEOTÔNIO – O desenvolvimento era o grande problema sobre o qual todos nos debruçávamos, desde gerações de intelectuais anteriores à minha. A teoria da dependência – uso aqui a expressão em seu sentido mais amplo – inovou ao evitar tratar essa problemática com base em dicotomias como atraso *versus* desenvolvimento, barbárie *versus* civilização, particularismo *versus* universalismo, tradição *versus* modernidade. Até então, boa parte da ciência social resumia o problema do desenvolvimento à necessidade de se alcançar um certo padrão econômico, basicamente centrado na indústria e nos produtos de consumo a ela associa-

dos. Os países precisariam "entrar" na modernidade, adotando e/ou generalizando comportamentos considerados racionais – ou seja, típicos do capitalismo –, no lugar de comportamentos tradicionais.

Nós dizíamos que esta não era uma forma correta de entender o problema, pois os países subdesenvolvidos não podiam ser caracterizados como pré-capitalistas. Sua trajetória nunca fora externa ao sistema mundial capitalista. Ao contrário: haviam cumprido um papel importante na evolução do capitalismo moderno, do qual faziam parte essencial desde o século XVI. Muitos desses países, aliás – e o caso da América Latina era o mais claro de todos –, haviam sido formados em função desse sistema e no seu interior. Depois do Descobrimiento, todo o continente fora avassalado e reestruturado para servir ao mercado europeu. O problema não era, portanto, introduzi-lo no capitalismo. Assim, era preciso repensar

tanto as origens históricas do fenômeno do subdesenvolvimento quanto as possibilidades reais que esses países tinham diante de si para o futuro.

É claro que não fomos os primeiros a perceber isso. Apenas desenvolvemos esse enfoque, tentando extrair todas as suas conseqüências teóricas e metodológicas. A própria situação política latino-americana e mundial estava exigindo isso. Pois, nesse momento, vivíamos um processo crescentemente radicalizado de lutas democráticas e sociais, que desembocara alguns anos antes na Revolução Cubana.

JE – Como você vê o pensamento da Cepal, que é cronologicamente anterior?

THEOTÔNIO – Para responder, permitam-me uma pequena digressão. As duas guerras mundiais deste século demarcam um período de prolongada crise e desestruturação do siste-

ma mundial. Elementos-chaves do sistema foram abalados, sem que se enxergassem desde logo caminhos de reestruturação. A própria hegemonia internacional, durante certo tempo, ficou sujeita a uma disputa aguda. Isso permitiu que burguesias locais emergissem, com mais força, em diversas partes do mundo e comesçassem a aspirar a uma perspectiva própria dentro do sistema mundial.

Com a reestruturação do sistema depois da Segunda Guerra, em torno da hegemonia americana, as condições mudam. Logo fica claro que uma revolução técnica profunda se havia produzido e que condições novas e mais duras de competição estavam ressurgindo. Apesar de as nossas burguesias já terem acumulado muito mais poder do que em qualquer outra época, a base industrial ainda era muito precária para que sonhássemos em reproduzir aqui o processo de desenvolvimento que marcara a trajetória dos países mais ricos. O sistema mundial voltava a impor uma competição que exigia respostas baseadas em uma perspectiva sistêmica sofisticada. Na América Latina, isso conduziu à formação de um pensamento social, em torno da Cepal, muito mais elaborado do que tudo o que houvera antes.

A sistematização feita pela Cepal teve grandes méritos, pois desenvolveu temas até então tratados de forma esporádica, como o das relações de troca e o da industrialização, e introduziu elementos novos. O próprio conceito de centro e periferia, que no começo era quase intuitivo, foi dotado de consistência teórica e de base empírica, permitindo que se tirassem dele conseqüências de longo alcance.

JE - E os limites desse pensamento?

THEOTÔNIO - A Cepal foi muito longe, mas sua perspectiva de classe, ligada àquelas burguesias nacionais a que me referi, impôs limites à sua reflexão. Para ela, não se tratava de opor, a um modo de produção existente, outro modo de produção, mas sim de fazer com que países que estavam atrasados conseguissem redefinir as bases de sua integração no sistema existente. Acreditava-se em uma relação muito íntima, quase mecânica, entre desenvolvimento da indús-

tria, da democracia e do Estado nacional. Desenvolvendo-se a indústria, ela iria arrumando o resto à sua volta.

Isso pressupunha um papel histórico chave para as burguesias nacionais, cuja fragilidade, no entanto, não podia passar despercebida. Nos intensos debates dentro do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), por exemplo, Guerreiro Ramos assumiu esse ponto de vista de forma sistemática, por um viés mais sociológico. Ele dizia, enfaticamente: "Nossa burguesia industrial não está assumindo o seu papel histórico, que é constituir a nação! Temos que pegá-la pela goela, agarrá-la e obrigá-la a assumir a vanguarda desta luta." O Partido Comunista, de outra maneira, também dizia isso: a classe operá-

monia da burguesia e abalar o próprio sistema econômico. O caso de Cuba acirrou o debate sobre a possibilidade ou não de haver um desenvolvimento nacional e democrático, na América Latina, dentro do capitalismo. Como se sabe, muitas revoluções e movimentos revolucionários ocorreram no continente desde o início do século, e tais experiências haviam mostrado que o movimento transformador não se sustentava se não se radicalizasse. A liderança cubana compreendeu isso, e sua ação teve grande impacto. Saber se a dinâmica assumida pela Revolução Cubana era específica desse país ou inerente a qualquer processo de transformação das nossas sociedades foi um tema que nos dividiu bastante.

"Antigos teóricos da dependência passaram a não ver alternativa fora dela. Adotaram como um fato a existência de um sistema mundial baseado no poder do grande capital multinacional. Segundo eles, devemos jogar na margem, aceitando a posição dependente do nosso país."



ria quase forçaria a burguesia nacional a assumir o papel que lhe cabia.

JE - Para onde apontou o prosseguimento dessa reflexão?

THEOTÔNIO - Vimos como era insuficiente limitar o problema do desenvolvimento a maneiras de conseguir os meios técnicos para fazer o que americanos e europeus haviam feito antes de nós. No sistema mundial em que estávamos inseridos, não havia lugar para que os países novos refizessem o processo que havia sido vivido pelos países pioneiros. A emergência de novos centros pressupunha um conflito com os centros consolidados. Não estávamos preparados para isso.

Por outro lado, a evolução dos acontecimentos, já nos anos 60, mostrou que toda essa questão tinha uma dimensão muito maior do que se pensava. Foi ficando claro que, para ingressar em outra fase de desenvolvimento, dependíamos de mudanças que poderiam questionar a hege-

JE - Em que sentido você se refere à descoberta de que a questão tinha uma dimensão maior do que a inicialmente percebida?

THEOTÔNIO - Em certo momento, ficou claro que os processos em curso no continente impactavam a ordem internacional numa escala até então não pensada. O momento mais dramático da história contemporânea, aquele em que estivemos mais próximos de uma guerra nuclear, foi o da crise dos mísseis, em 1962, que na América Latina envolvia diretamente apenas Cuba, um pequeno país. Ora, discutiam-se projetos que, potencialmente, tinham abrangência continental. Portanto, poderiam gerar crises muito mais graves. Ficamos impressionados com a percepção de que nosso debate e as ações dele resultantes poderiam ter conseqüências muito maiores do que aquelas que os protagonistas reconheciam até então. A onda revolucionária do pós-guerra exigia profundas mudanças políticas mundiais, que ainda conti-

nuam pendentes. Exigia também uma profunda revisão do paradigma científico, valorativo e civilizacional próprio do sistema capitalista mundial.

JE - Olhando retrospectivamente, não podemos constatar que a idéia de revolução era visionária?

THEOTÔNIO - Esta idéia tinha um trânsito muito fácil na época. E não era uma miragem. A questão da revolução estava, de fato, colocada na América Latina de então. Por isso, aliás, a resposta do sistema mundial foi fortíssima. Gastaram-se muitos recursos humanos e materiais para conter esse processo. A doutrina da contra-insurreição se tornou o pano de fundo que passou a organizar a ação dos Estados Unidos no continente, em todos os terrenos. O próprio desenvolvimento passou a ser visto como um meio para enfraquecer as tendências revolucionárias. Isso conduziu, como se sabe, a um novo papel dos militares, considerados pelo grande capital internacional, naquele momento, o setor mais apto a fazer com que os Estados passassem a operar nos marcos da nova doutrina. Se a postura revolucionária fosse apenas um arroubo visionário de poucas pessoas, não teria exigido uma resposta dessa dimensão.

JE - Inicia-se então a fase das ditaduras...

THEOTÔNIO - Sim. Mas o novo papel dos militares continha uma contradição: o projeto original não previa que, uma vez fortalecidos e no poder, os próprios militares passassem a representar um foco de contestação. Isso se tornou dramático no Peru, onde as forças armadas reinterpretaram a doutrina de segurança nacional em uma direção antiimperialista. Foi um susto para os Estados Unidos, que chegaram a perder quase completamente o acesso ao governo peruano. Eles tiveram que começar a admitir a necessidade de uma profunda revisão em sua estratégia continental.

Havia um agravante: o caso peruano poderia se reproduzir, como de fato ocorreu no Panamá de Torrijos, na Bolívia de Torres, etc. No Brasil, estivemos perto dele, com o aumento da influência do grupo nacionalista do general Albuquerque Lima, que chegou a vencer uma eleição

— ENTREVISTA —

interna nas forças armadas para eleger o presidente da República. O governo americano, particularmente o Pentágono, ficou apavorado, estudou seriamente a questão e concluiu que estava diante de uma nova geração militar, posterior àquela que havia sido trabalhada por ele durante e logo depois da Segunda Guerra Mundial. Deixados soltos, os militares desenvolviam naturalmente tendências nacionalistas, que precisavam ser controladas. Os Estados Unidos começam então a organizar sua resposta.

JE – *Que consequência teve, para vocês, a quebra da legalidade democrática?*

THEOTÔNIO – A principal consequência, para muitos de nós, foi o fim da possibilidade de se avançar por aquele velho caminho nacional e democrático, sob a liderança de burguesias nacionais. O grande capital internacional não aceitava mais essa perspectiva. Foi uma descoberta terrível, que dividiu o grupo que estudava a dependência. Uma parte assumiu um horizonte claramente socialista. Outros passaram a defender que não havia alternativa à hegemonia do grande capital internacional.

O Chile de Allende foi a última grande tentativa de se gestar uma outra via, apostando-se na possibilidade de forjar uma maioria social capaz de sustentar uma transição pacífica para o socialismo. Com seu fracasso, há dispersão e aumenta a influência dos antigos estudiosos da dependência (como Fernando Henrique Cardoso) que agora não viam alternativa fora dela.

Questões antes muito candentes – como revolução democrática e nacional, feudalismo ou não feudalismo – passam a ser consideradas por esse grupo como velhas. Eles propõem uma nova discussão, cujo ponto de partida era um sistema mundial baseado nas empresas multinacionais. O espaço das burguesias nacionais tornara-se obviamente medíocre; a via revolucionária conduzia, se tanto, a um modelo de socialismo indesejável, atrelado à antiga União Soviética; a transformação pelas vias políticas legais fracassara. O que restava? Adaptar-se ao novo mundo. Ademais, diziam, era um erro associar capitalismo dependente e perpetua-

ção das ditaduras ou estagnação econômica (na verdade, nunca defendemos essa tese, mas a refutação dessa hipótese fortalecia o raciocínio deles). Ou seja, dentro do capitalismo dependente seria possível crescer e conseguir avanços democráticos. Mais ainda: passaram a defender que o que restringia a democracia em nossos países não eram os interesses do grande capital, mas os interesses corporativos, muito disseminados entre as elites, as classes médias e o movimento operário.

Ora, como eu já disse, o grande capital internacional efetivamente havia descoberto que a mediação militar podia constituir-se em um grave problema para o seu projeto. Isso foi formulado explicitamente, no início dos anos 70, por Huntington, um intelectual orgânico do grupo Rockefeller e da Trilateral. Ele obtém

Hoje, governos de centro-esquerda são perfeitamente aceitáveis – e desejáveis – pelo grande capital, que está preocupado com a sustentabilidade do sistema.



grande ascendência sobre o general Golbery.

Esses ideólogos passam a desejar a criação de um ambiente que proteja o capital internacional de um possível autoritarismo nacionalista, e assim começa uma grande convergência de interesses contra os regimes militares. O sistema dominante promove, por cima, uma liberalização política, que era justamente um dos eixos da nossa luta e que, àquela altura, continuava nos interessando. Nesse contexto, a posição de Fernando Henrique se fortalece. Ele lidera a formação do Cebrap, onde os liberais americanos despejam muitos recursos. O Congresso americano se joga na política dos direitos humanos. A socialdemocracia européia entra com força na mesma direção, com apoio do movimento operário de seus países, cujas lutas locais eram prejudicadas pelo espaço de manobra que as multinacionais tinham na América Latina governada pelos militares. Forma-se uma frente mundial para pôr fim às ditaduras, num processo muito articulado.

JE – *Qual a reação dos militares nacionalistas?*

THEOTÔNIO – A esquerda recebeu acenos claros da parte deles, que haviam chegado à conclusão de que os Estados Unidos eram o principal obstáculo à transformação do Brasil em potência. A opção da esquerda, no entanto, foi pela democracia. Assim, o comboio da redemocratização foi se enchendo de passageiros, cada qual com seus próprios objetivos.

JE – *Isso não passa a idéia de um processo controlado demais, planejado demais?*

THEOTÔNIO – Ninguém exerce controle completo sobre processos dessa amplitude. O projeto original dos americanos e dos militares reformistas era bem menos democrático do que o que efetivamente ocorreu.

serem pontos centrais para os Estados Unidos, ou seja, políticas de Estado desse país: legislação de patentes e propriedade intelectual, questão nuclear, etc. Isso lhe assegura uma relação umbilical com os Estados Unidos, e essa relação permite que haja alguns atritos em pontos não centrais. Deixando claro que aceita os limites fundamentais, o Brasil pode até candidatar-se a uma posição de liderança regional.

JE – *Sob esse aspecto, o que muda na sua presidência?*

THEOTÔNIO – Até aqui, todos os dirigentes brasileiros, sem exceção, foram homens externos ao sistema de poder mundial. Com Fernando Henrique, isso muda: ele integra organicamente esse sistema. Atuando dentro dele, ajudou a elaborar teoricamente a forma como os países dependentes devem articular-se com o núcleo. Talvez tenha elaborado isso melhor que os próprios americanos. Não por acaso, é colocado agora como uma figura importante de um movimento mundial de criação de uma via de centro-esquerda, embora lidere uma frente de centro-direita no Brasil.

JE – *Qual o sentido disso?*

THEOTÔNIO – Estamos entrando na era pós-Consenso de Washington. O grande capital internacional já não tem a mesma unidade de antes, e os grupos favoráveis a uma postura mais reformista, mais preocupada com as questões sociais, já são hegemônicos nos centros formuladores de estratégias. Eles perceberam que a trajetória recente do capitalismo mundial é socialmente insustentável no longo prazo e estão buscando correções de rota. A capacidade civilizatória do capital está em jogo. Isso já se reflete, por exemplo, em posições do Banco Mundial, amplamente apoiadas pelo governo americano.

Chego a achar que a política de Fernando Henrique, no plano interno, está ficando atrasada, comprometida demais com a direita. Hoje, governos de centro-esquerda são perfeitamente aceitáveis – e desejáveis – pelo grande capital que está preocupado com a sustentabilidade do sistema. A direita não pode mais abrir caminho. Está em queda, porque o

A dimensão da luta por eleições diretas em 1984, por exemplo, foi inesperada. Eles pagaram um preço alto para conseguir detê-la, o preço da Constituinte, que, originalmente, também não queriam. Em 1988, chegaram a perder o controle do processo, mas o retomam com a articulação do chamado Centrão. Em 1989, têm que improvisar Collor, que depois será jogado fora.

JE – *Como você vê a trajetória de Fernando Henrique desde então?*

THEOTÔNIO – Ele se convence de vez que o poder do grande capital internacional é um fato. Defende que devemos fazer as transformações que esse capital exige e jogar na margem, aceitando a posição dependente do Brasil. Num contexto em que as interpretações, possibilidades e experiências anteriores de ação política pareciam esgotadas, sua mensagem encontra eco.

Na Presidência, tem sido coerente com isso. A política externa de seu governo mostra que ele não vacila em conceder tudo aquilo que considera

— ENTREVISTA —

funcionamento do capitalismo começou a ficar arriscado demais. Nos últimos anos, a centro-esquerda ganhou todas as eleições relevantes no mundo, com apoio do *establishment* e do sistema mundial de comunicações. A direita está sendo isolada no debate econômico americano. A aliança de centro-direita que governa o Brasil poderá caducar nos próximos anos, se depender desses setores do grande capital.

JE - Qual seria o novo projeto?

THEOTÔNIO - Acho que eles ainda não sabem como reverter o quadro de exclusão que criaram. Parece que apostam em políticas de rendas. Criar um emprego bom custa US\$ 50 mil, um emprego ruim custa US\$ 10 mil. Mas, em certos países, uma política de rendas pode custar US\$ 600 por ano, por pessoa. Ou seja, não se vê como incluir os excluídos, mas se pode assegurar a eles alguma renda. Isso não se faz com a direita no poder, ou com tecnocratas. Exige novas composições políticas. O fato

é que as instituições ligadas ao grande capital estão financiando grande quantidade de estudos sobre pobreza, economia informal e temas afins. A linha geral está clara, no sentido de distensionar a questão social, mas não está clara a forma de operacionalizá-la.

JE - E quanto às contradições de caráter nacional?

THEOTÔNIO - Esta é outra frente em aberto na política mundial. O jogo de interesses entre as potências está se tornando mais pesado. A Europa se unifica. Os Estados Unidos querem que o Japão se transforme em um grande consumidor, especialmente de bens das economias asiáticas, aceitando diminuir suas exportações para o mercado americano e limitar seu gigantesco superávit. O Japão não aceita esse papel. Opõe uma resistência incrível, e até aqui não se rendeu. A queda de braço está em curso, em torno da questão da desvalorização do iene. Não sei até que ponto o Japão aguentará o alto

preço que lhe está sendo cobrado pela sua negativa. Sob o ponto de vista americano, a China também deveria conter sua ameaça exportadora para a economia dos Estados Unidos, no limite mantendo-se no nível atual. Mas a China de hoje tem um projeto próprio, de fôlego.

JE - Contradições, portanto, não faltam...

THEOTÔNIO - Pelo contrário. O grupo que discutia a teoria da dependência nos anos 60 e que depois se integrou ao sistema não avalia corretamente as dimensões das contradições geradas pelo sistema, que não são apenas contradições sociais. Refiro-me às que pertencem ao âmago do próprio sistema. Assim, seu enfoque não está errado apenas dos pontos de vista moral ou político, mas também intelectual. Nas décadas de 1970 e 1980, muitos elementos conjunturais convergiram em favor de sua posição, mas eles já começaram a mudar.

Temos um exemplo dramático

sobre um erro, em alguns aspectos, semelhante. Em 1895, Edward Bernstein também tentou demonstrar, com certa coerência, que a economia e a sociedade capitalista estavam convergindo para um grande ajuste de nível mundial, e que portanto todo aquele esforço de Marx para analisar as contradições do sistema envelhecera. Marx e Engels haviam previsto o acirramento das contradições entre os grandes monopólios, com conflitos crescentes entre eles.

Ora, para além das aparências destacadas por Bernstein, estavam a caminho, justamente, duas guerras mundiais colossais, intermeadas por uma depressão. Milhões de mortos foi o resultado daquela evolução aparentemente tão ajustadora. Tomara que, desta vez, não seja assim. Mas o capitalismo não está resolvendo as contradições do mundo, como muitos gostariam. A bonança precede a tormenta. Com o aumento das tensões internas do sistema, a alternativa socialista ressurgirá.

XIII CONGRESSO DA ANGE

Ensino de Economia no Brasil

REALIDADE E DESAFIOS

28 A 30 DE OUTUBRO DE 1998 - UFS - ARACAJÚ

Promovido pela ANGE, Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia, organizado pelo Departamento de Economia da Universidade Federal de Sergipe, com apoio do COFECON e do CORECON-SE, o próximo Congresso da ANGE será integralmente dedicado às questões do Ensino de Economia no Brasil. Buscando incentivar ainda mais o debate que caracteriza o Congresso da ANGE, na edição deste ano, ele está estruturado de forma a contemplar a apresentação de trabalhos em maior número que o anterior. Assim, além dos Painéis, Encontro de PET's de Economia e Sessões Temáticas, estão previstas as seguintes Mesas de Comunicações sobre o Ensino de Economia no Brasil, para as quais a comissão organizadora está fazendo chamadas para os trabalhos:

- MESA 1 - Teoria e História no Ensino de Economia
- MESA 2 - Informática no Ensino e na Pesquisa de Economia
- MESA 3 - Métodos Não-Quantitativos na Graduação em Economia
- MESA 4 - Currículo de Graduação: Fundamentos, Princípios e Estrutura
- MESA 5 - Metodologia e Novos Paradigmas no Ensino de Economia
- MESA 6 - Métodos Quantitativos na Graduação em Economia

Os trabalhos devem ser enviados à Comissão Organizadora do XIII Congresso da ANGE, para o seguinte endereço:

CORECON-SE

Rua Duque de Caxias, 398, CEP 49015-320, Aracajú, Sergipe

Fonefax (079) 222-9476

E-mail: corecon@mail.eribeiro.com.br

SEMINÁRIOS NA UFRJ

Jan Kregel

Universidade de Bolonha e UNCTAD

- 26/8/98 - A dimensão financeira da crise asiática
- 27/8/98 - Euro: os desafios da moeda única
- 28/8/98 - Reestruturação do setor bancário internacional

Gary Dymski

Universidade da Califórnia, Riverside

- 02/9/98 - Fragilidade do sistema financeiro internacional: extensão do modelo de Minsky
- 04/9/98 - A crise coreana numa perspectiva financeira

Os dois seminários, promovidos pelo Instituto de Economia da UFRJ com apoio da FINEP e da FUJB serão realizados sempre às 11h, nos respectivos dias indicados acima, na sala da Congregação do IE/UFRJ, Av. Pasteur 250, Praia Vermelha

Mais informações podem ser obtidas pelo fax (021) 541-8148 a/c Eugenio Giglio ou pelo e-mail eamg@ie.ufrj.br

- FIQUE POR DENTRO

Economistas na Mídia

Veja os programas que contam com o patrocínio das entidades representativas dos economistas no Estado do Rio de Janeiro - Corecon-RJ, IERJ e Sindecon-RJ e saiba da novidade: você já pode acessar parte do acervo da Biblioteca Eginardo Pires na *home page*. O acervo completo estará disponibilizado em pouco tempo!

Televisão

DEBATE BRASIL - exibição aos sábados, a partir das 18h, no canal 15 da NET (Vinde TV), reprisado aos domingos, às 17h.

Programa 18: DE OLHO NO FUTURO

Hermann Baeta, ex-Presidente da OAB
Tema: *Aspectos Constitucionais Brasileiros*

CONJUNTURA

Fabiano Guilherme dos Santos - Cientista Político do Iuperj
Tema: *Pesquisas Eleitorais*

PONTO DE VISTA

Raul Marques, do *Jornal do Commercio*

CONTRAPONTO

Horácio Catapreta - Vice-Presidente da Fenaseg - Federação Nacional das Seguradoras
Luiz Fernando Saubermann - Presidente da Sociedade Brasileira de Anestesiologia
Tema: *Seguro Saúde*

Programa 19: DE OLHO NO FUTURO

Maria Yeda Linhares - Historiadora
Tema: *Educação e Reforma Agrária*

CONJUNTURA

Tito Ryff - Economista, Professor da Faculdade da Cidade
Tema: *IOF, Taxa de Juros*

PONTO DE VISTA

Raul Marques, do *Jornal do Commercio*

CONTRAPONTO

Fernando Avelino - Secretário Estadual de Educação
Evanise Rodrigues - Coordenadora-Executiva da União Nacional por Moradia Popular
Tema: *Política Habitacional*

Rádio

FAIXA LIVRE - vai ao ar de segunda a sexta-feira, das 7h 30min às 9h na Rádio Guanabara-Bandeirantes (1360KHZ).

Programa independente, de análise econômica e política. Apresentado por Alvaro Queiroz e Ricardo Bueno, o programa conta com colunistas de projeção nacional e é apoiado pelas entidades representativas dos economistas no estado do Rio de Janeiro - Corecon-RJ, IERJ e Sindecon-RJ, além de diversas outras sindicais e profissionais. Se você quiser participar e emitir sua opinião, ligue para 220-1360. No *Faixa Livre* a liberdade de imprensa não é um mero *slogan*, mas, sim, uma prática cotidiana.

Internet

A **HOME PAGE** dos economistas está em <http://www.economistas.com.br>
Estatísticas econômicas com indicadores sociais e demográficos das regiões Sudeste e Sul do país; *Jornal dos Economistas* em seus três últimos números; parte do acervo da Biblioteca Eginardo Pires; agenda de eventos; Bolsa de Empregos e muito mais estão a sua disposição no *site Economistas on Line*. A página foi desenvolvida para fornecer informações úteis e manter os associados e empresas registradas interados com o que está acontecendo de mais importante em suas entidades e no quadro socioeconômico do país.

PRÊMIO**IX Prêmio de Monografia**

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 1ª REGIÃO/RJ

- 15/09/98 *Abertura das inscrições*
23/10/98 *Encerramento das inscrições*
30/10/98 *Entrega dos trabalhos à banca examinadora*
01/12/98 *Reunião da banca para análise dos resultados*
03/12/98 *Divulgação dos resultados*
14/12/98 *Cerimônia para entrega da premiação*

O Prêmio de Monografia Conselho Regional de Economia - 1ª Região - RJ, instituído em 1990, tem o objetivo de premiar os melhores trabalhos de conclusão de cursos de graduação em Economia, dos estudantes de instituições fluminenses. Podem concorrer trabalhos concluídos nos dois últimos semestres, ou seja, do 2º semestre de 1997 ou do 1º semestre de 1998, indicados pelos departamentos de Economia nos respectivos cursos.

1º PRÊMIO: R\$ 1.800,00 • 2º PRÊMIO: R\$ 800,00 • 3º PRÊMIO: R\$ 400,00

REGULAMENTO**I - DO CONCURSO**

Art. 1º - O Corecon da 1ª Região/RJ promoverá, anualmente, a concessão do "Prêmio de Monografia Conselho Regional de Economia", objetivando estimular os alunos em fase final de cursos de graduação do Estado na pesquisa e no estudo de temas relevantes na área em que exercerão a profissão, conforme modalidade contida na Lei 8666/93.

II - DAS MONOGRAFIAS

Art. 2º - Somente poderão concorrer ao prêmio instituído por este Regulamento os trabalhos de conclusão ou diplomação de cursos de Economia elaborados em instituições de ensino com sede no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 3º - Concorrerão à premiação anual os quatro melhores trabalhos selecionados por cada instituição de ensino, apresentados no segundo semestre do ano anterior ao da premiação ou no primeiro semestre do ano referente à premiação, sem pré-fixação de número de monografias por semestre: dois de cada, três e um, e assim por diante.

III - DA INSCRIÇÃO

Art. 4º - A inscrição dos trabalhos deverá ser feita pelo chefe do Departamento de Economia da Universidade ou pela direção ou equivalente de faculdades isoladas, mantendo-se invioláveis os nomes do autor, do orientador e da instituição.

Parágrafo 1º - Em nenhuma hipótese poderão ser inscritos anualmente mais de quatro trabalhos por instituição.

Parágrafo 2º - Os trabalhos deverão ser inéditos (não publicados).

Parágrafo 3º - Para a inscrição, exige-se a concordância do autor, que deverá ser feita sob pseudônimo.

Parágrafo 4º - Os trabalhos deverão ser entregues em 5 (cinco) vias datilografadas ou digitadas.

IV - DA ORGANIZAÇÃO

Art. 5º - O Plenário do Corecon escolherá anualmente a comissão examinadora que julgará os trabalhos.

Art. 6º - A Comissão Examinadora será presidida pelo presidente do Corecon e será composta de, pelo menos, quatro profissionais com notório saber no campo da Ciência Econômica. A presidência da comissão examinadora terá o voto de decisão em caso de empate.

V - DA PREMIAÇÃO

Art. 7º - A Comissão Examinadora premiará os três melhores trabalhos, por ordem de classificação.

Parágrafo Único - Os originais não serão devolvidos e as decisões da comissão examinadora são irrecorríveis.

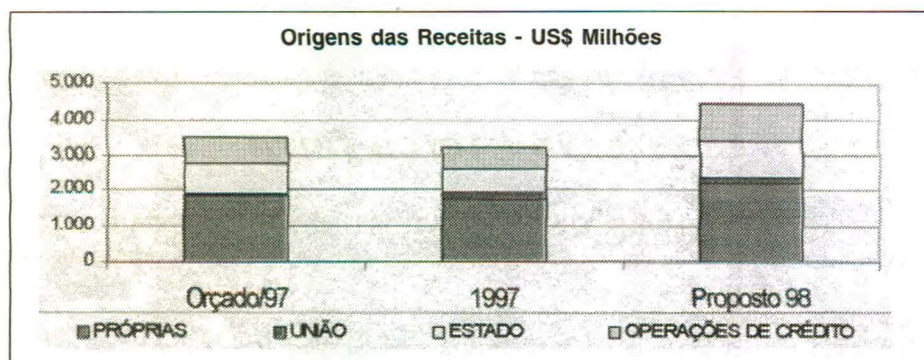
Art. 8º - Caberá ao Plenário do Corecon fixar e divulgar anualmente os prêmios a serem concedidos aos vencedores, bem como as datas de inscrição e de entrega de prêmios.

Art. 9º - Os casos omissos serão resolvidos pelo Plenário do Corecon.

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

Neste mês, estamos trazendo novas informações sobre a execução orçamentária, sobre o seminário e o caderno "Cidadania no Orçamento" e sobre nossa *home page*, que em breve estará disponibilizando na Internet dados sobre o orçamento do Rio.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA



Observa-se pelo gráfico que o repasse da União para o município foi maior que o esperado para 1997, graças ao repasse do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef). Houve também uma superestimação do repasse do Estado e das operações de crédito. Com base na diferença constatada entre o orçado em 97 e o realizado neste mesmo ano, supomos que a estimativa da receita para 1998 será de difícil concretização.

No próximo mês apresentaremos o que já foi realizado da receita neste ano. Faremos o acompanhamento de sua execução e a comparação, com base nos dados que dispomos de outros anos.

FIM DO RECESSO

Acabou no dia 4 de agosto o recesso da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Continuaremos a acompanhar a tramitação de projetos de lei relacionados com o orçamento e de cunho social relevante. É importante lembrar que, de acordo com o artigo da Lei Orgânica do Município, a proposta orçamentária para o ano de 1999 deve ser enviada ao Legislativo até o dia 30 de setembro.

E-MAIL

"Cumprimento pela página e pela iniciativa no acompanhamento do orçamento municipal, cumprindo-se um princípio básico da informação como condição primeira para se poder formar opinião.

Na condição de vereador na cidade de Curitiba, procura-se maior transparência e conhecimento do orçamento, bem como incentivar a participação da comunidade. Neste sentido, já há demonstração também, por parte do Corecon/PR. Porém, muito se deve avançar, registrando que na votação da última LDO nenhuma emenda foi aprovada, prevalecendo o projeto do Executivo. O número de emendas por ano significa qualidade, apontando-se extremos, porém, algumas indicavam possibilidade de avanço. Neste sentido, reitero os cumprimentos e solicito, se possível, o envio do caderno "Cidadania no Orçamento" e o questionário a ser encartado no "Jornal dos Economistas". Trata-se de bons exemplos que demonstram a possibilidade de ação legislativa e institucional.

Desde já, agradeço a atenção"

Gustavo Fruet - líder do PMDB / <http://www.up.com.br/fruet> / gbfruet@up.com.br
Rua Barão do Rio Branco, s/n, CEP80010-902, tel. (041) 222-9096, Curitiba-PR.

Gostaríamos de agradecer ao vereador o interesse pelo nosso trabalho e dizer que o caderno "Cidadania no Orçamento", que já está pronto, será enviado para seu gabinete. Quanto ao questionário de 1998, estão sendo feitas as últimas discussões de seu conteúdo e forma. O novo questionário, que deve estar concluído no próximo mês, também será enviado.

SEMINÁRIO

No final do mês de agosto, o Fórum vai realizar, com o apoio da Ficong, o seminário "Cidadania no Orçamento". Além do debate das questões orçamentárias, o seminário também tem o objetivo de rever a trajetória do Fórum, apontar novas estratégias e perspectivas com base nos resultados e metas alcançadas nos últimos anos. Com a realização do encontro, destinado principalmente aos integrantes das instituições que compõem o Fórum, espera-se aumentar a cooperação entre as entidades, potencializar os recursos disponíveis e qualificar os envolvidos na matéria do orçamento. Temas como "Participação, transparência e prioridades sociais no orçamento do Rio" e "Avaliação das práticas do Fórum" serão alvo do debate. No evento será feito também o lançamento oficial do caderno "Cidadania no Orçamento". A realização do evento é resultado da parceria do Fórum com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam) e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). O encontro acontecerá em dois dias, na sede do Ibam. Para mais informações, ligue para 224-0578 e fale com Luiz Mario, Ruth ou Renata.

"CIDADANIA NO ORÇAMENTO"

Conforme divulgamos na última edição, já está disponível no Corecon o caderno "Cidadania no Orçamento". Essa iniciativa do Fórum visa a levar a diferentes camadas da população do Rio informações sobre o orçamento, mostrando de maneira simples e clara sua importância para o cotidiano dos moradores da cidade. Se você tem interesse no assunto, e quer ajudar-nos a lutar pela democratização do orçamento municipal, ligue para o Corecon (veja *box* abaixo).

HOME PAGE EM CONSTRUÇÃO

Em breve, a Internet também estará a serviço da democratização do Orçamento no Rio de Janeiro. O Fórum está dando início a um projeto antigo, de disponibilizar informações sobre o orçamento na rede. A princípio, nossa página estará disponível na *home page* dos economistas (<http://www.economistas.com.br>). No futuro, a intenção é ter um endereço próprio. Na página, você ficará sabendo tudo sobre a história do Fórum, sua atuação, eventos, denúncias sobre irregularidades, espaço para artigos, sugestões e críticas, *links* interessantes sobre a matéria do orçamento e o acompanhamento da execução orçamentária no município do Rio de Janeiro, atualizado semanalmente. Nossos informes semanais das reuniões também estarão disponíveis. Se você quiser participar desse novo projeto, envie-nos suas idéias, artigos, ícones ou ilustrações. Fique de olho!

Se você quiser participar e emitir sua opinião sobre o orçamento carioca, as reuniões do **Fórum Popular do Orçamento**

acontecem sempre às quintas-feiras, às 17 horas no Corecon. Estas reuniões são abertas a participação de qualquer cidadão. Para novas e outras informações e envio de críticas/sugestões para esta coluna:

Corecon: Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro, RJ

CEP 20054-900 - Tel. (021) 224-0578 - Fax (021) 221-0958

E-mail: coreconrj@ax.apc.org

A/C do Conselheiro **Luiz Mario** ou das estagiárias **Renata** e **Ruth**.

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

SEMINÁRIO

Por uma Política de Empregos para o Brasil

DIAS: 17 E 18 DE AGOSTO
CLUBE DE ENGENHARIA – Av. Rio Branco 124, centro

PROGRAMA

17/8/98 – segunda-feira

8h45min

ABERTURA – Clube de Engenharia/AEERJ/CORECON-RJ

9h

AS PROPOSTAS DO GOVERNO

Palestrante: Edward Amadeo – Ministro do Trabalho

Coordenador: Agostinho Guerreiro – Presidente do Clube de Engenharia

10h30min

O EMPREGO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Palestrantes:

- Marco Maranhão – Secretário do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro
- Francis Bogossian – Presidente da AEERJ
- Adhemar dos S. Mineiro – Conselho Regional de Economia – RJ

12h – ALMOÇO

14h

AS PROPOSTAS DO MOVIMENTO SINDICAL

Palestrantes:

- Vicente Paulo da Silva – Presidente da Central Única dos Trabalhadores
- Sergio B. Almeida – Presidente do Sindicato dos Engenheiros – RJ

OS ÚLTIMOS DADOS E A TENDÊNCIA DO DESEMPREGO NO BRASIL

Palestrantes:

- Simon Schwartzman – Presidente do IBGE
- Representante do DIEESE

15h30min

AÇÕES POSSÍVEIS NO MUNICÍPIO

Palestrantes:

- André Urani – Secretário Municipal do Trabalho
- Laudelino da Costa Mendes Neto (Conselheiro de Relações do Trabalho da Associação Comercial do Rio de Janeiro)

RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO ESPECIAL DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

Palestrante: Vereador Gilberto Palmares – Presidente da Comissão

18/8/98 – terça-feira

9h

A SITUAÇÃO DO EMPREGO NOS ESTADOS UNIDOS, EUROPA E ÁSIA

Palestrante: Maria Odile Paulet – Secretária Geral da UCC – Union Confédérale des Cadres – França

Participação especial: representante do PNBE

Coordenador: José Chacon de Assis – Presidente do CREA-RJ

10h30min

AS POLÍTICAS DE EMPREGO NA EUROPA

Palestrante: Maria Odile Paulet – Secretária-Geral da UCC

Participação especial: Franklin Coelho (UFF)

Coordenador: Renato Almeida – Vice-Presidente do Clube de Engenharia

12h – ALMOÇO

14h

AS POLÍTICAS DE EMPREGO NA FRANÇA

Palestrante: Marie Odile Paulet – Secretária-Geral da UCC

Participação especial: Rogério Vale (UFRJ)

Coordenadora: Clarice Soraggi – Diretora do Clube de Engenharia

15h30min

CONCLUSÕES

Participação de Sebastião Soares – Conselheiro do Clube de Engenharia

17h

ENCAMINHAMENTO DAS PROPOSTAS aos candidatos ao Governo Federal e Estadual através dos realizadores

Realização: Clube de Engenharia

Apoio:

AEERJ – Associação dos Empreiteiros do Estado do Rio de Janeiro

CORECON-RJ – Conselho regional de Economia do Rio de Janeiro

IERJ – Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro

SINDECON – Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro

LANÇAMENTOS

- Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro – Corecon-RJ
- Sociedade Brasileira de Economia Política – SEP
- Instituto de Economia da UFRJ – IE
- Departamento de História da UFF

Convidam para o lançamento das revistas:

Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política Nº 2

Revista de Economia Contemporânea Nº 2

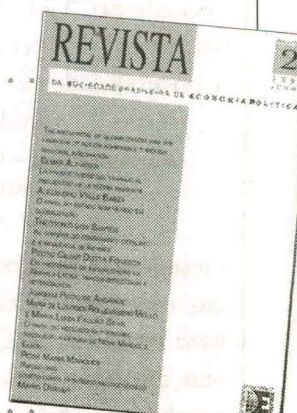
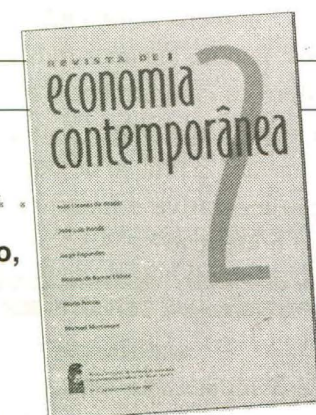
Tempo Nº 5

DIA: 26 de agosto,
às 18h30min

LOCAL:

Livraria Dazibao
do Paço Imperial,

Praça XV de Novembro 48, Centro, Rio



ELEIÇÕES

Conselho Regional de Economia 1ª Região/RJ

*Edital**Convocação de Eleições*

Nos termos do artigo 6º, da Lei nº 6.537, de 19/06/78 e da Resolução nº 1.523, de 15/06/84, do Conselho Federal de Economia (COFECON), alterada pelas Resoluções nº 1.607, de 05/08/94, 1.629, de 02/08/96 e 1.635, de 25/07/97, faço saber que no dia 27 (vinte e sete) de outubro de 1998, com início às 09:00h e término às 18:00h, será realizada eleição para renovação do 1º Terço de Conselheiros deste CORECON e de Delegado-Eleitor, junto ao Colégio Eleitoral do COFECON, da seguinte forma:

a) 03 Conselheiros-Efetivos e 03 Conselheiros-Suplentes, com mandato de 03 (três) anos (1999/2001);

b) 01 (hum) Delegado-Eleitor-Efetivo e 01 (hum) Delegado-Eleitor-Suplente ao Colégio Eleitoral do COFECON.

O prazo para registro das chapas será de 30 (trinta) dias, contados a partir da data desta publicação, encerrando-se às 18:00 horas do dia 04 (quatro) de setembro de 1998.

O registro das chapas será feito de acordo com o artigo 8º da Resolução COFECON nº 1.523/84, a ser efetuado na sede deste Conselho, localizada à Av. Rio Branco, 109 / 19º andar - Centro/RJ no horário de 09:00 (nove) às 18:00 (dezoito) horas.

Poderão votar os economistas registrados na jurisdição deste Conselho, portadores de inscrição definitivas ou provisórias e quites com as anuidades até a data da realização do pleito, não sendo permitido o voto por meio de procuração.

No ato da votação, deverá o economista exhibir, junto à Mesa Eleitoral, documento hábil de identificação e assinar a folha de votação que obedecerá a ordem numérica dos registros neste CORECON.

Será permitido o voto por correspondência, conforme dispõe Resolução COFECON nº 1.629/96 e 1.635, de 25/07/97, devendo o economista enviar seu voto, através de envelope padronizado encaminhado previamente pelo CORECON até 15 (quinze) dias antes da data do pleito.

Somente serão aceitos os votos encaminhados nos envelopes padronizados, postados na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

O voto por correspondência somente será computado se chegar à Mesa Eleitoral Especial para votos por correspondência, na sede do Conselho, até antes do encerramento dos trabalhos de votação e constatado que o eleitor esteja apto a votar.

LOCAL DA VOTAÇÃO:

No Conselho Regional de Economia 1ª Região/RJ terá uma mesa contendo a listagem geral, podendo votar os economistas que estiverem em dia com suas anuidades e não tiverem votado por correspondência.

Rio de Janeiro, 05 de agosto de 1998

Adhemar dos Santos Mineiro
Presidente

DEBATE

Lançamento de Cadernos do Sistema Financeiro / Debate

O Conselho Regional de Economia - 1ª Região/RJ, o Instituto dos Economistas do Estado do Rio de Janeiro e o Sindicato dos Economistas do Estado do Rio de Janeiro **convidam para o lançamento dos Cadernos de Política Monetária e Mercado Financeiro e o Debate Sistema Financeiro e Desenvolvimento.** Os Cadernos e o debate são resultado do acompanhamento atento e permanente das mutações do mercado financeiro em seus diversos segmentos pelo Grupo de Trabalho formado pelas entidades representativas dos economistas no Rio de Janeiro, que, em reuniões semanais, materializam a proposta básica de estruturação de um veículo de enlace entre a pesquisa econômica, os profissionais atuantes em diversas instituições financeiras e, ainda, os estudantes de graduação com interesse nesta temática. Debates, seminários e publicação dos Cadernos reiteram, portanto, uma linha editorial orientada para o fomento da reflexão crítica em torno das questões substantivas que vinculam a atividade do economista com os destinos da sociedade brasileira.

DEBATE

SISTEMA FINANCEIRO E DESENVOLVIMENTO

Dia: 19/8/98

Horário: 18h 30min

Local: Clube de Engenharia, Av. Rio Branco 124, 20º andar

Palestrantes:

Fernando Carlos Cerqueira Lima (Professor da UFRJ)

Lauro Vieira de Faria (Redator-Chefe da Revista Conjuntura Econômica)

Valéria Arêas Coelho (Superintendente Técnica da ANDIMA)

Coordenador: Nelson Le Cocq (CORECON-RJ)**Informações:** Secretaria de Assuntos Institucionais do CORECON-RJ
Tel. (021) 224-0578 - Fax (021) 509-8121**Promoção:** CORECON-RJ / IERJ / SINDECON-RJ**Apoio:** Clube de Engenharia

ADVOGADO DE PLANTÃO

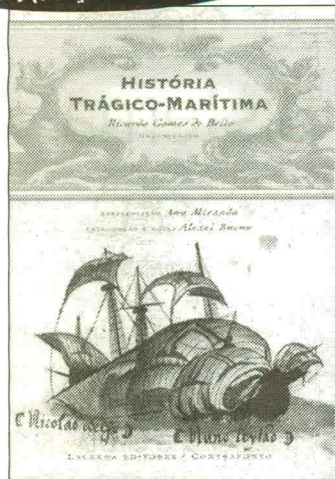
As entidades representativas dos economistas no Estado do Rio de Janeiro - Corecon-RJ, Sindecon e IERJ - oferecem assessoria jurídica a quem estiver quite com sua anuidade. O Dr. Carlos Boechat está à disposição dos economistas às segundas-feiras, das 10h às 13h, na sede do Sindicato (Rua Treze de Maio 23, grupo 1608, tel. 262-2535) ou na sede do Corecon (Av. Rio Branco 109, 19º andar, tel. 224-0578), de forma alternada. Com este serviço, amplia-se o leque de atividades prestadas aos associados. Os profissionais poderão solicitar atendimento nas áreas trabalhista (reclamações, cautelares, recursos, análises em geral, causas previdenciárias) e administrativa: defesa, recursos e consultas em geral.

FIQUE POR DENTRO

VALOR REFERENCIAL DE HONORÁRIOS: O VRH está fixado em R\$ 0,70 (setenta centavos de Real) para o mês de agosto.

LIVROS EM VENDA DIRETA

LANÇAMENTO



História trágico-marítima
540 páginas
Bernardo Gomes de Brito (org.)
Preço com desconto: R\$ 28,00

A Contraponto oferece seus livros, em venda direta, com descontos médios de 30% sobre os preços de capa aos economistas associados. Você receberá os livros em casa, pelo correio. As despesas postais já estão incluídas. Entre em contato conosco.

A opção brasileira

César Benjamin, João Pedro Stédile, Reinaldo Gonçalves e outros
Preço com desconto: R\$ 13,00

O manifesto comunista - 150 anos depois

Daniel Aarão Reis (org.)
Preço com desconto: R\$ 13,00

O pensamento chinês - 416 p.

Marcel Granet
Preço com desconto: R\$ 28,00

A sociedade do espetáculo - 240 p.

Guy Debord
Preço com desconto: R\$ 19,00

Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura - 304 p.

Kwame Anthony Appiah
Preço com desconto: R\$ 23,00

Um mapa da esquerda na Europa Ocidental - 284 p.

Org. Perry Anderson e Patrick Camiller
Preço com desconto: R\$ 22,00

Um mapa da ideologia - 338 p.

Adorno, Jameson, Bordieu, Lacan, Althusser e outros.
Org. Slavoj Zizek
Preço com desconto: R\$ 24,00

O longo século XX - 408 p.

Giovanni Arrighi
Prêmio "Distinguished Scholarship" da American Sociological Association - 1995
Preço com desconto: R\$ 24,00

Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento - 496 p.

Ricardo Bielchowsky
Prêmio Haralambos Simeonides da Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia (Anpec)
Preço com desconto: R\$ 25,00

CONTRAPONTO

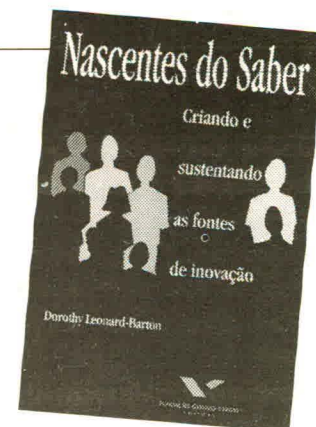
Tel. / Fax (021) 259-4957
Caixa postal 56066
CEP 22292-970, Rio de Janeiro, RJ
e-mail: contraponto@rio.nutecnet.com.br

- ABRE ASPAS

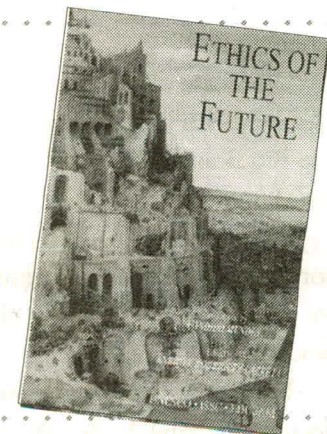
NASCENTES DO SABER: CRIANDO E SUSTENTANDO AS FONTES DE INOVAÇÃO - com base em inúmeras pesquisas sobre a indústria e registros de casos de empresas diversas, Dorothy Leonard-Barton, professora de administração da Harvard Business School, fornece um instrumental valioso para gerentes, estimulando-os a pensar na importância das decisões relativas ao conhecimento para a competitividade da companhia. A autora aponta as dimensões das aptidões estratégicas onde compete a todas inovar: qualificações e base de conhecimentos, sistemas físicos e valores e normas de comportamento. Editora Fundação Getúlio Vargas, 368p.



CRISIS FINANCIERA: MERCADO SIN FRONTERAS, coordenação de Alicia Girón e Eugenia Correa, do Instituto de Investigaciones Económicas da Universidade Nacional Autónoma do México, colaboração de diversos especialistas. O livro analisa, em vertentes distintas, os limites econômicos do "mercado sem fronteiras", as crises financeiras, suas origens e conseqüências. Trata-se de leitura obrigatória para todos aqueles que procuram entender o desenvolvimento da economia mundial contemporânea. Edição Instituto de Investigaciones Económicas/DGAPA/Ediciones El Caballito, 405 p.



ETHICS OF THE FUTURE, compilação dos textos da 3ª Conferência da Agenda do Milênio, realizada na Universidade Candido Mendes, coordenação de Candido Mendes. Traz o confronto de um dos problemas centrais do pensamento ético contemporâneo: valores gravados no correr do tempo. Valores são ali considerados como parte da formação histórica da consciência. Os textos apresentados neste volume, edição Unesco/ISSC/Educam, encontram espaço na formação da institucionalidade global. 599 p.



POLÍTICA EXTERNA - revista destinada a tratar das principais questões de relações internacionais e economia política internacional de uma perspectiva brasileira. Os principais problemas que hoje ocupam a cena mundial são abordados de forma acessível, mas sem perder a seriedade e o rigor dos trabalhos acadêmicos. Nesta edição, colaboram Celso Lafer (*O impacto de um mundo em transformação*), José Serra (*A Alca, o Mercosul e a abertura brasileira*), Pascal Drouhaud (*América Latina: os desafios do retorno da França*), entre outros. Publicação da Editora Paz e Terra.

LA INVERSIÓN EXTRANJERA EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE analisa as características que assumiram os investimentos estrangeiros diretos (IED) na região, destacando-se aspectos como a compra de empresas privadas, as novas políticas de privatização, as principais estratégias de investimento das empresas transnacionais nas economias latino-americanas. Publicação anual da Cepal, 196p.



LANÇAMENTO



AS SETE BESTAS DO FIM DO MUNDO, do economista J. Carlos de Assis. O que está por trás dos sete selos guardados pelas sete bestas que vigiam o trono do Príncipe em terra dos muitos sóis e das muitas raças? Agora que está próximo o fim do duplo milênio, foi enfim decifrada a mensagem que o anjo da Sabedoria trouxe ao mundo, para que sejam conhecidos os segredos destas e de outras bestas. E com isso as tribos do sul, já tendo ficado livres da praga da inflação, poderão ficar livres também das pragas igualmente terríveis da estagnação e do desemprego. Publicação da ANC Editorial, com lançamento dia 24 de agosto, na Livraria do Museu, Catete.

LANÇAMENTO

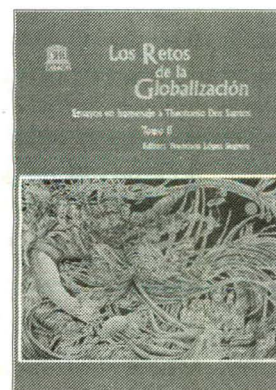
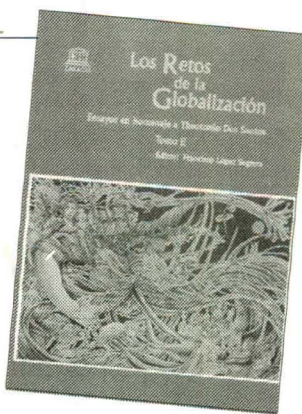
"Desafios da Globalização" na inauguração do Ciclo de Conferências sobre "Novas Dimensões da Globalização"

As entidades dos Economistas do Rio de Janeiro (Corecon / IERJ / Sindecon) e a UNESCO convidam para o lançamento no dia 9 de setembro, no Auditório do 22º andar do Clube de Engenharia, do livro *Los Retos de la Globalización – Ensayos en homenaje a Theotônio dos Santos*, em dois tomos, editado pela UNESCO, em Caracas, Venezuela, que acontecerá por ocasião do Ciclo de Conferências sobre Novas Dimensões da Globalização.

Los Retos de la Globalización (Os Desafios da Globalização) reúne alguns dos mais importantes pensadores e cientistas sociais de nosso tempo que se associaram à homenagem coordenada pelo Conselho de Ciências Sociais da UNESCO para América Latina, Francisco Lopez Segrera, destinado a comemorar os 60 anos do Professor Theotônio dos Santos.

Ademais de um prólogo e uma nota do Editor, de uma introdução na qual se analisam os aspectos mais relevantes da vida e obra de Theotônio dos Santos, incluindo uma valiosa bibliografia, o livro se divide em 4 partes: Os Novos Paradigmas das Ciências Sociais; Os Desafios da Globalização; Dependência e Desenvolvimento e Cultura e Conhecimento num Mundo Virtual.

Os autores dos ensaios que enviaram seus originais para esta homenagem são: Elmar Alvater; Samir Amín; Celso Amorim; Vania Bambirra; Estrella Bohadana; Apolinar Díaz-Callejas; Theotônio dos Santos; René Armand Dreifuss; Enrique Dussel; Reinaldo Gonçalves; Jesús Garcia-Ruiz; André Gunder Frank; Nishikawa Jun; Francisco Lopez Segrera; Ruy Mauro Marini; Urs Muller-Platenberg; Carlos Eduardo Martins; José Raymundo Martins Romeo; Jorge Nieto Montesinos; James Petras; Ana Isabel Prera Flores; Angel G. Quintero Rivera; Marco Antonio Rodrigues Dias; Germán Sánchez; Silviano Santiago; José Nilo Tavares; Mario Telò; José C. Valenzuela Feijóo; Raimo Vayrymen e Immanuel Wallerstein.



CONVÊNIOS

Publicações da CEPAL

O Conselho Regional de Economia-RJ, em convênio com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, está vendendo publicações da Cepal em sua biblioteca, no horário das 13 às 17h, onde o catálogo das obras poderá ser consultado. O câmbio de referência utilizado para o mês de agosto é US\$ 1,167 e as publicações que não estiverem imediatamente disponíveis serão solicitadas ao escritório da Cepal em Brasília. Relacionamos, abaixo, alguns títulos:

- *Estudio económico de América Latina y el Caribe 1996-1997*, 354p. US\$ 50.
- *Balance preliminar de la economía de América Latina y el Caribe 1997*, 64p. US\$ 8.
- *Panorama social de América Latina 1997*, 232p. US\$ 20.
- *Industrialización en América Latina: de la "caja negra" al casillero vacío*, 1990, 176p. US\$ 8.
- *Elementos para el diseño de políticas industriales y tecnológicas en América Latina*, 1990, 172p. US\$ 8.
- *La industria de transporte regular internacional y la competitividad del comercio exterior de los países de América Latina y el Caribe*, 1989, 132p. US\$ 8.
- *Cambios estructurales en los puertos y la competitividad del comercio exterior de América Latina y el Caribe*, 1991, 141p. US\$ 8.
- *El gasto social de América Latina: un examen cuantitativo y cualitativo*, 1995, 167p. US\$ 8.
- *Dinámica de la población y desarrollo económico*, 1997, 116p. US\$ 8.

Editora FGV e Corecon-RJ

Os associados ao Corecon-RJ, desde que apresentem sua identificação do Conselho, poderão adquirir livros da Editora Fundação Getúlio Vargas, comercializados na Livraria da FGV, com 20% de desconto para compras à vista (cheque ou dinheiro). Na compra de livros de outras editoras, também comercializados na Livraria FGV, o desconto é de 10%.

A Livraria da FGV tem um acervo de 20 mil títulos e é totalmente informatizada. Os economistas poderão, também, solicitar entrega por Sedex a domicílio, sem adicional de custos. Mas, neste caso, não serão concedidos descontos sobre o preço de capa.

LIVRARIA DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - Praia de Botafogo, 188 - CEP 22253-900
Rio de Janeiro - Tels: (021) 536-9199 e 536-9105 - Fax: (021) 536-9193 - E-mail: livraria@fgv.br

CONVÊNIO

A EDITORA PAZ E TERRA está oferecendo os livros abaixo, com descontos de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia-RJ. Trata-se de um convênio inédito realizado entre uma grande editora e um órgão de representação da categoria, com o intuito de ofertar obras com vantagens e permitir o acesso de economistas a títulos de abrangente importância para a nossa formação. Entre em contato com o Corecon-RJ (Biblioteca) para aproveitar os descontos oferecidos por uma editora nascida da resistência democrática que há 33 anos trabalha em defesa da liberdade, do pensamento e do direito ao diálogo.

- *A construção do Terceiro Mundo – teorias do subdesenvolvimento no Brasil e na Romênia*, 643 p., Joseph Love.
Preço com desconto: R\$ 25,00.
- *Os fluxos financeiros na América Latina – um desafio ao progresso*, 284p., Ricardo Ffrench-Davis e Stephany Griffith-Jones (organizadores).
Preço com desconto: R\$ 19,00.
- *Antologia de Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos de vida lutando pelo Brasil*, 397p.
Preço com desconto: R\$ 14,00.
- *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*, 346p., 6ª edição, Karl Marx.
Preço com desconto: R\$ 18,00.
- *Após 1989- moral, revolução e sociedade civil*, 289p., Ralf Dahrendorf.
Preço com desconto: R\$ 16,00.
- *Terceiro setor: desenvolvimento social sustentado*, 179 p., Ruth Cardoso, Jeremy Rifkin, Rubem César Fernandes e outros.
Preço com desconto: R\$ 14,00.
- *Histórias esquecidas da ciência*, 149p., Oliver Sacks, Jonatan Miller, Stephen Jay Gould, Daniel Kevles e R.C. Lewontim.
Preço com desconto: R\$ 11,00.
- *30 anos do The New York Review of Books – a primeira antologia*, Robert Silvers, Barbara Epstein e Rea Hederman (organizadores).
Preço com desconto: R\$ 23,00.
- *América Latina – entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*, 314p., Leslie Bethel e Ian Roxborough (organizadores).
Preço com desconto: R\$ 17,00.
- *Dialética marxista, dialética hegeliana – a produção capitalista como circulação simples*, 192 p., Ruy Fausto.
Preço com desconto: R\$ 14,00.

SEMINÁRIO

Desemprego: desafios e perspectivas na virada do século

DIAS: 08 e 09 de Setembro de 1998

LOCAL: Auditório Pedro Calmon - UFRJ

Av. Pasteur, 250

Rio de Janeiro - RJ

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES:

Corecon-RJ, tel: 224-0578, fax: 509-8121

O desemprego tornou-se um dos principais desafios no final do século XX. Na busca pela estabilização macroeconômica dos mais diversos países, as políticas priorizando a obtenção do pleno emprego foram deixadas em segundo plano e o preço tem sido o crescimento do desemprego.

Para agravar a situação, o processo de globalização aumentou a competição entre empresas, levando-as a introduzir novas técnicas de gestão da produção, com enorme crescimento da produtividade do trabalho.

Qual a relação entre globalização e desemprego? Pode a flexibilização do mercado de trabalho ser a solução para enfrentar o desemprego? As experiências descentralizadas de geração de emprego podem representar uma alternativa?

Para discutir estas e outras questões relativas ao desemprego na passagem para o novo milênio, as entidades promotoras deste evento organizaram o seminário "Desemprego: desafios e perspectivas na virada do século", convidando especialistas nacionais e estrangeiros para uma troca de experiências e aprofundamento deste tema de grande relevância e atualidade. No próximo número divulgaremos o programa completo.

PROGRAMA

08 de setembro

08:30h

Credenciamento e distribuição de pastas e textos

9h

Solenidade de abertura

Palestrante: Edward Amadeo (Ministro do Trabalho) - a confirmar. *Coordenador:* Luiz Carlos Delorme Prado - Presidente do Cofecon

10h

MESA 1: Globalização, Modernização Tecnológica e Desemprego

Palestrantes: Teresa Rendón (Division de Estudios de Posgrado da Facultad de Economía da UNAM); Osvaldo Rosales (Economista da Secretaria Executiva da CEPAL/Santiago); João Sabóia (IE/UFRJ). *Coordenador:* Adhemar dos Santos Mineiro (Presidente do Corecon-RJ)

12h - Almoço

14 às 16h

MESA 2: Flexibilidade: Solução ou Precarização do Trabalho

Palestrantes: Antonio Carlos Mendes (Diretor de Política Social e Trabalhista do SINDUSCON); Cláudio Salm (IE/UFRJ); Sérgio Mendonça (Dieese); Fernando Tadeu Perez (Diretor de RH da Volkswagen do Brasil). *Coordenador:* Agostinho Guerreiro (Presidente do Clube de Engenharia)

16 às 16:15h - Intervalo (café)

16:15 às 18:15h

MESA 3: Produtividade e Emprego Industrial

Palestrantes: Márcio Pochman (IE/Unicamp) - a confirmar; Paulo Gonzaga de C. Mibieli (IBGE); José Guilherme A. dos Reis (Coordenador da Área de Política Econômica da CNI). *Coordenador:* Cláudio Dedecca (Presidente da Abet)

09 de setembro

9 às 12h

MESA 4: Experiências Descentralizadas de Geração de Emprego

Palestrantes: Prefeituras - André Urani (Secretaria Municipal do Trabalho RJ); José Luiz Vianna Moraes (Secretaria Municipal de Indústria e Comércio de Porto Alegre); Alexandre Jorge Loloian (Coordenador Estadual do SINE-SP). *Coordenador:* João Paulo de Almeida Magalhães (Presidente do IERJ)

12 às 14h - Almoço

14 às 17h

MESA 5: Desigualdades Regionais e Políticas de Emprego

Palestrantes: Lena Lavinias (IPEA); Hamilton Tolosa (Universidade Candido Mendes); Paul Singer (USP). *Coordenador:* Carlos Lessa (Decano da UFRJ)

COMISSÃO DE PROGRAMA:

- Adhemar dos Santos Mineiro (Corecon-RJ)
- Cláudio Salm (IE/UFRJ)
- João Sabóia (IE/UFRJ)
- Luiz Antonio Elias (Cofecon)

PROMOÇÃO:

- Corecon-RJ
- IERJ
- Sindecon
- Cofecon
- Instituto de Economia - UFRJ
- ABET
- Clube de Engenharia

APOIO: Dieese

JORNAL DOS ECONOMISTAS

CORECON-RJ - SINDECON-RJ - IERJ

PORTE PAGO

DR/RJ
ISR 52.2246/86



IMPRESSO

Entregue aos Correios até 14.08.98